Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 22/10/2020	Página: A8

A TARDE
O jornal de toda Bahia

ALBA

Secretário presta contas das finanças do estado

RAUL AGUILAR

O estado da Bahia conseguiu manter o equilíbrio fiscal durante os dois primeiros meses da pandemia da Covid-19 no Brasil, é o que atestou o secretário da Fazenda do estado, Manoel Vitório, durante apresentação do balanço parcial das contas de 2019 e 2020 em uma audiência pública realizada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa da Bahia (Alba) ontem.

Segundo Vitório, os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 atestaram o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia no País.

"Existe um delay na arrecadação. Apesar do início da pandemia, o Estado continuou arrecadando em dia da medida. O ICMS, que é a maior fonte de receita do Estado da Bahia, por exemplo, continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020", explicou o secretário estadual da Fazenda.

Segundo Vitório, no ranking do volume de investimentos, a Bahia, com R$ 2.232.102 ao ano, fica atrás apenas de SP

Acerca do terceiro quadrimestre de 2019, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, segundo Manoel Vitório. Isso representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período de 2018. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões no período, o que correspondente a 93,35% do valor previsto.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público totalizaram R$ 7,91 bilhões, o equivalente a 26,12% da receita líquida de impostos. Na área da saúde, as despesas atingiram o montante de R$ 4,05 bilhões. O resultado primário, índice que demonstra a capacidade do estado em honrar o pagamento de suas dívidas, contabilizou R$ 1,01 bilhão, sendo que a meta anual estabelecida pela LDO era de R$ 685 milhões negativo; o resultado serviu para mostrar que as receitas fiscais cobriram as despesas fiscais.

Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Vitório exaltou resultados fiscais do Estado

Dívida sob controle

Vitório destacou que a dívida pública da Bahia é menor do que a dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ao tempo que no ranking do volume de investimentos, o estado da Bahia ocupou a segunda posição, com a cifra de mais de R$ 2.232.102 ao ano, ficando atrás somente de São Paulo, este com R$ 7.163.439 em investimentos.

Veículo: A Tarde	Caderno: Capa
Data: 22/10/2020	Página: A1

A TARDE
O jornal de toda Bahia

FAZENDA

Bahia mantém equilíbrio fiscal na pandemia

O estado da Bahia conseguiu manter o equilíbrio fiscal durante os dois primeiros meses da pandemia da Covid-19 no Brasil, é o que atestou o secretário da Fazenda do estado, Manoel Vitório. A8

Veículo: Tribuna da Bahia	
Data 22/10/2020	Caderno: Raio Laser

Tribuna da Bahia

Raio Laser

Equilíbrio fiscal

Manoel Vitório

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa, o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, apresentou, ontem, os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado. De acordo com o titular da pasta, o balanço dos dois períodos atestou o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia nos meses de março e abril do ano corrente.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/10/2020	Caderno: Notícias

Quarta, 21 de Outubro de 2020 - 21:20

Secretário da Fazenda apresenta balanço parcial das contas de 2019 e 2020 da Bahia

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa, o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório**, apresentou, na manhã desta quarta-feira (21), os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado.

De acordo com o titular da pasta, o balanço dos dois períodos atestou o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia nos meses de março e abril do ano corrente. "Existe um delay na arrecadação. Apesar do início da pandemia, o Estado continuou arrecadando em dada medida. O ICMS, que é a maior fonte de receita do Estado da Bahia, por exemplo, continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020", explicou.

No que tange o terceiro quadrimestre de 2019, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, o representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões, correspondente a 93,35% do valor previsto.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público totalizaram R$ 7,91 bilhões, o equivalente a 26,12% da receita líquida de impostos. Na área da saúde, as despesas com saúde atingiram o montante de R$ 4,05 bilhões.

O resultado primário, índice que demonstra a capacidade do Estado de honrar o pagamento de dívidas, contabilizou 1,01 bilhão, sendo que a meta anual estabelecida pela LDO era de R$ 685 milhões negativo. O resultado serviu para mostrar que as receitas fiscais cobriram as despesas fiscais.

Entre outras informações divulgadas, Vitório destacou que a dívida pública da Bahia é menor do que a dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ao

tempo que no ranking do volume de investimentos, o Estado baiano ocupou a segunda posição, com a cifra de mais de R$ 2.232,102 ao ano, ficando atrás somente de São Paulo, este com R$ 7. 163.439 em investimentos.

As receitas estaduais referentes aos quatro primeiros meses de 2020 apresentaram uma variação positiva de 2,11% em relação ao mesmo período de 2019. Compreendidas as receitas correntes e de capital, a Bahia totalizou a quantia de R$ 15,43 bilhões, correspondente a 31,37% da previsão anual.

O montante das receitas tributárias, no valor de R$ 8,38 bilhões, apresentou um incremento de 3,35%. Do todo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) permaneceu como a maior fonte de receita do Estado, realizando R$ 6,89 bilhões. A participação do ICMS nas receitas tributárias foi de 82,26%. As transferências do Fundeb apresentaram redução de 0,15%, atingindo o montante de R$ 1,15 bilhão contra R$ 1,16 bilhão registrado no mesmo período do ano anterior. As despesas com educação, no entanto, totalizaram R$ 2,25 bilhões, o equivalente a 22,25 % da Receita Líquida de Impostos.

As despesas com a saúde totalizaram R$ 1,24 bilhão, correspondendo a 12,24% em relação a receita líquida. Mesmo com o início da pandemia da Covid-19 no final de março, as finanças públicas sofreram pouco impacto. A preocupação apresentada pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitório, está em relação do crescimento constante dos valores em precatório. Para o deputado Rosemberg Pinto (PT), que presidiu a audiência pública após saída do presidente da Comissão de Finanças, deputado Robinho (PP), a questão é delicada e precisa pautar ações conjuntas do Legislativo com o Executivo.

"Nós já aprovamos na Assembleia a Reforma da Previdência, mas isso foi apenas um passo. A preocupação em relação aos precatórios é no futuro o Estado existir para pagar dívidas. Este alerta do secretário da Fazenda foi uma sinalização, mas já temos debatido esse tema aqui no Parlamento, pois sabemos da importância", afirmou Rosemberg.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias

Quinta, 22 de Outubro de 2020 - 09:00

Bahia manteve equilíbrio fiscal durante a pandemia e aumenta receita

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa, **o secretário da Fazenda, Manoel Vitório**, apresentou, na manhã desta quarta-feira (21), os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado.

De acordo com o titular da pasta, os balanços dos dois períodos atestaram o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia nos meses de março e abril do ano corrente. "Existe um delay na arrecadação. Apesar do início da pandemia, o Estado continuou arrecadando em dada medida. O ICMS, que é a maior fonte de receita do Estado da Bahia, por exemplo, continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020", explicou.

No que tange o terceiro quadrimestre de 2019, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, o representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões, correspondente a 93,35% do valor previsto.

Segundo a Agência de notícias da Assembleia, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público totalizaram R$ 7,91 bilhões, o equivalente a 26,12% da receita líquida de impostos. Na área da saúde, as despesas com saúde atingiram o montante de R$ 4,05 bilhões.

O resultado primário, índice que demonstra a capacidade do Estado de honrar o pagamento de dívidas, contabilizou 1,01 bilhão, sendo que a meta anual estabelecida pela LDO era de R$ 685 milhões negativo. O resultado serviu para mostrar que as receitas fiscais cobriram as despesas fiscais.

Entre outras informações divulgadas, Vitório destacou que a dívida pública da Bahia é menor do que a dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ao tempo que no ranking do volume de investimentos, o Estado baiano ocupou a segunda posição, com a cifra de mais de R$ 2.232,102 ao ano, ficando atrás somente de São Paulo, este com R$ 7. 163.439 em investimentos.

ECONOMIA

Publicado em 21/10/2020 às 18h20.

Governo baiano manteve equilíbrio fiscal no primeiro quadrimestre

Balanço parcial de 2020 foi apresentado pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitório, na Assembleia Legislativa

Redação

Foto: Agência Alba

O governo baiano conseguiu manter as finanças equilibradas entre janeiro e abril deste ano, segundo dados do secretário da Fazenda, Manoel Vitório. O secretário fez o balanço nesta quarta-feira (21), em audiência na Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa. O período abrange as primeiras semanas da pandemia de Covid-19, que começou a ter desdobramentos no Brasil na segunda quinzena de março.

As receitas totalizaram R$ 15,43 bilhões no quadriênio, correspondente a 31,37% da previsão anual. O valor é 2,11% maior do que o apurado entre janeiro e abril de 2019. A arrecadação tributária atingiu R$8,38 bilhões, com alta de 3,35% no comparativo anualizado. Apesar dos núnemores, Manoel Vitório opta pela cautela.

continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020", explicou.

O titular da Secretaria da Fazenda (Sefaz) também fez o balanço sobre o último quadriênio de 2019. Neste período, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, o representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões, correspondente a 93,35% do valor previsto.

Precatórios

Vitório revelou preocupação com o volume de precatórios – dívidas geradas em ações na Justiça consideradas perdidas. Líder da bancada do governo, o deputado Rosemberg Pinto (PT) opinou que a questão é delicada e deve ser tratada em ações conjuntas do Legislativo com o Executivo."Nós já aprovamos na Assembleia a Reforma da Previdência, mas isso foi apenas um passo. A preocupação em relação aos precatórios é no futuro o Estado existir para pagar dívidas", disse o parlamentar.

Rosemberg Pinto também sobre a retomada da economia baiana a partir de 2021. "Teremos um reflexo, não só da arrecadação com relação a alguns serviços que foram paralisados, que serão retomados, mas em função de diversas atividades econômicas que não estarão mais em funcionamento, uma vez que várias empresas perderam sua capacidade de existência".

O líder do governo entende que o Poder Legislativo deverá ajudar o Executivo a encontrar caminhos para fomentar novos empreendimentos no Estado. "Caminhos no sentido de reequilibrar instituições, empresas e organizações, que estão passando por dificuldades nesse período, para que voltem a gerar riqueza e, com isso, emprego e renda para a população brasileira, em especial, para a população baiana."

MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 06h38 de 22/10/2020

Prêmio acumulado de R$ 32 milhões será sorteado nesta quinta pela Mega-Sena

Seis dezenas do concurso 2.311 serão sorteadas, a partir das 20h (horário de Brasília)

Veículo: Bocão News	
Data: 21/10/20	**Cita Secretário**

Bahia

Mesmo com pandemia, receita da Bahia no primeiro quadrimestre registra aumento

21 de Outubro de 2020 às 19:06 Por: ***Divulgação/GOV-BA*** *Por:* ***Redação BNews*** *0comentários*

As receitas do Estado no primeiro quadrimestre deste ano, portanto, já em período de pandemia, teve variação positiva de 2,11% em relação ao mesmo período de 2019. Esse e outros dados foram informados pelo **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitório,** em audiência na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) nesta quarta-feira (21).

De acordo com a secretaria, compreendidas as receitas correntes e de capital, a Bahia totalizou a quantia de R$ 15,43 bilhões, correspondente a 31,37% da previsão anual.

O montante das receitas tributárias, no valor de R$ 8,38 bilhões, apresentou um incremento de 3,35%. Do todo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS) permaneceu como a maior fonte de receita do Estado, realizando R$ 6,89 bilhões. A participação do ICMS nas receitas tributárias foi de 82,26%.

“Existe um delay na arrecadação. Apesar do início da pandemia, o Estado continuou arrecadando em dada medida. O ICMS, que é a maior fonte de receita do Estado da Bahia, por exemplo, continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020”, explicou o secretário.

No que tange o terceiro quadrimestre de 2019, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, o representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões, correspondente a 93,35% do valor previsto.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público totalizaram R$ 7,91 bilhões, o equivalente a 26,12% da receita líquida de impostos. Na área da saúde, as despesas com saúde atingiram o montante de R$ 4,05 bilhões.

Fundeb

As transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) apresentaram redução de 0,15%, atingindo o montante de R$ 1,15 bilhão contra R$ 1,16 bilhão registrado no mesmo período do ano anterior. As despesas com educação totalizaram R$ 2,25 bilhões, o equivalente a 22,25 % da Receita Líquida de Impostos.

As despesas com a saúde totalizaram R$ 1,24 bilhão, correspondendo a 12,24% em relação a receita líquida. Mesmo com o início da pandemia da Covid-19 no final de março, as finanças públicas sofreram pouco impacto.

Líder do governo na AL-BA, o deputado estadual Rosemberg Pinto (PT) avaliou que há para o próximoano um grande desafio em relação ao crescimento dos atuais índices.

"Teremos um reflexo, não só da arrecadação com relação a alguns serviços que foram paralisados, que serão retomados. Mas, em função de diversas atividades econômicas que não estarão mais em funcionamento, uma vez que várias empresas perderam sua capacidade de existência”, disse.

Veiculo: Politica Livre	
Data: 22.10.2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICA LIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Secretário da Fazenda apresenta balanço parcial das contas de 2019 e 2020 na Assembleia

BAHIA

Em audiência pública realizada no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Controle da Assembleia Legislativa, o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, apresentou, nesta quarta-feira (21), os balanços do terceiro quadrimestre de 2019 e do primeiro quadrimestre de 2020 das contas públicas do Governo do Estado.

De acordo com o titular da pasta, o balanço dos dois períodos atestou o equilíbrio fiscal, apesar do início da pandemia nos meses de março e abril do ano corrente. “Existe um delay na arrecadação. Apesar do início da pandemia, o Estado continuou arrecadando em dada medida. O ICMS, que é a maior fonte de receita do Estado da Bahia, por exemplo, continuou nesse primeiro momento. Então, apesar da pandemia, não foi observado grande reflexo nas finanças referentes ao primeiro quadrimestre de 2020”, explicou.

No que tange o terceiro quadrimestre de 2019, a receita de setembro a dezembro foi de aproximadamente R$ 49 bilhões, o representou um aumento de 6,59% em relação ao mesmo período do ano anterior. As despesas executadas totalizaram pouco mais de R$ 48 bilhões, correspondente a 93,35% do valor previsto.

As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino público totalizaram R$ 7,91 bilhões, o equivalente a 26,12% da receita líquida de impostos. Na área da saúde, as despesas com saúde atingiram o montante de R$ 4,05 bilhões.

O resultado primário, índice que demonstra a capacidade do Estado de honrar o pagamento de dívidas, contabilizou 1,01 bilhão, sendo que a meta anual estabelecida pela LDO era de R$ 685 milhões negativo. O resultado serviu para mostrar que as receitas fiscais cobriram as despesas fiscais.

Entre outras informações divulgadas, Vitório destacou que a dívida pública da Bahia é menor do que a dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ao tempo que no ranking do volume de investimentos, o Estado baiano ocupou a segunda posição, com a cifra de mais de R$ 2.232,102 ao ano, ficando atrás somente de São Paulo, este com R$ 7. 163.439 em investimentos.

VARIAÇÕES

As receitas estaduais referentes aos quatro primeiros meses de 2020 apresentaram uma variação positiva de 2,11% em relação ao mesmo período de 2019. Compreendidas as receitas correntes e de capital, a Bahia totalizou a quantia de R$ 15,43 bilhões, correspondente a 31,37% da previsão anual.

O montante das receitas tributárias, no valor de R$ 8,38 bilhões, apresentou um incremento de 3,35%. Do todo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) permaneceu como a maior fonte de receita do Estado, realizando R$ 6,89 bilhões. A participação do ICMS nas receitas tributárias foi de 82,26%.

As transferências do Fundeb apresentaram redução de 0,15%, atingindo o montante de R$ 1,15 bilhão contra R$ 1,16 bilhão registrado no mesmo período do ano anterior. As despesas com educação, no entanto, totalizaram R$ 2,25 bilhões, o equivalente a 22,25 % da Receita Líquida de Impostos.

As despesas com a saúde totalizaram R$ 1,24 bilhão, correspondendo a 12,24% em relação a receita líquida. Mesmo com o início da pandemia da Covid-19 no final de março, as finanças públicas sofreram pouco impacto.

A preocupação apresentada pelo secretário da Fazenda, Manoel Vitório, está em relação do crescimento constante dos valores em precatório. Para o deputado Rosemberg Pinto (PT), que presidiu a audiência pública após saída do presidente da Comissão de Finanças, deputado Robinho (PP), a questão é delicada e precisa pautar ações conjuntas do Legislativo com o Executivo.

“Nós já aprovamos na Assembleia a Reforma da Previdência, mas isso foi apenas um passo. A preocupação em relação aos precatórios é no futuro o Estado existir para pagar dívidas. Este alerta do secretário da Fazenda foi uma sinalização, mas já temos debatido esse tema aqui no Parlamento, pois sabemos da importância”, afirmou Rosemberg.

Os deputados Bobô (PCdoB), Jacó Lula da Silva (PT) e Zé Raimundo Lula (PT) parabenizaram a gestão do governador Rui Costa e a equipe da Fazenda estadual, liderada pelo secretário Manoel Vitório. Os três participaram de maneira virtual da reunião, que foi presidida presencialmente do plenário da ALBA. Os parlamentares se comprometeram a debater com ainda mais afinco as questões do precatório.

Governo do Estado antecipa salário no mês do servidor

21 outubro 2020

O Governo da Bahia vai antecipar o salário dos 280 mil servidores ativos, inativos e pensionistas referente ao mês de outubro. A antecipação ocorre por conta do Dia do Servidor Público Estadual (28 de outubro), que este ano será comemorado no dia 30 de outubro, de acordo com o decreto estadual n° 19.408/2020.

O pagamento, originalmente programado para o último dia útil do mês, será realizado na véspera, 29 de outubro, em lote único. Mensalmente, o Governo da Bahia desembolsa, aproximadamente, R$ 1,6 bilhão com o pagamento da folha de ativos, inativos e pensionistas. A programação de pagamento dos salários retoma seu calendário original a partir de novembro.

Expediente

A transferência das comemorações pelo Dia do Servidor Público Estadual é excepcional e ocorrerá apenas em 2020. Por conta disso, o feriado será celebrado no dia 30 de outubro, quando não haverá expediente na administração estadual baiana. A única exceção se dá pelos serviços essenciais, cuja prestação não admita interrupções.

Fonte: Ascom/Secretaria da Administração do Estado (Saeb)

Veículo: A Tarde	Caderno: Política
Data: 22/10/2020	Página: B1

A TARDE
O jornal de toda Bahia

JULGAMENTO

STF decide hoje sobre ICMS de gás importado da Bolívia

ANDRÉ RICHTER
Agência Brasil

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a decidir ontem se o estado de Mato Grosso do Sul tem direito exclusivo de receber o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela importação de gás da Bolívia. Em caso de decisão desfavorável, o governo local estima a perda de aproximadamente R$ 1 bilhão em arrecadação.

A disputa judicial está em andamento há 14 anos na Corte e envolve uma guerra fiscal entre São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além do Paraná, os estados também são abastecidos pelo gasoduto Bolívia-Brasil. ntem à tarde, durante o primeiro dia de julgamento, somente os procuradores dos estados e a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestaram sobre a questão. Hoje, 22, o julgamento será retomado com o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Mais nove ministros também devem votar.

O caso envolve a importação de gás natural pelo gasoduto Bolívia-Brasil. O Mato Grosso do Sul sustenta que tem o direito exclusivo de receber 100% do ICMS incidente sobre a importação produto. O estado argumenta que o gás é nacionalizado pela Petrobras em uma estação em Corumbá. Os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul argumentam que, após ser recebido em Corumbá, o gás percorre a parte brasileira do gasoduto e é vendido às companhias estaduais. Sendo assim, as outras unidades da federação devem receber parte do ICMS também.

Veículo: A Tarde	Caderno: Salvador & RM
Data: 22/10/2020	Página: B2

A TARDE
O jornal de toda Bahia

ANO LETIVO Rui Costa fala sobre possibilidade de reinício das atividades, mas se mostra preocupado com realização de festas e mortes por Covid

Testagem avalia rede escolar para subsidiar volta às aulas

BRUNO BRITO*
E REDAÇÃO

A testagem em estudantes, professores e funcionários da rede estadual de ensino, retomada ontem na região do bairro da Liberdade, tem o objetivo de monitorar o nível de contágio na comunidade escolar no momento de avaliação do reinício do ano letivo. O atendimento ocorreu no Colégio Estadual Duque de Caxias, escola-polo do bairro da Liberdade, e no Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, escola-polo do bairro de Caixa D'Água.

"Existe possibilidade e queremos retornar, se continuarmos reduzindo o número de óbitos. Isso possibilita o retorno. Se não fossem as aglomerações em festas de paredões e caminhadas de campanha, talvez já tivéssemos retomado, pois estaríamos com número de óbitos muito baixo. Recomendo que os candidatos deem preferência para visitas com pequenos grupos de pessoas", apontou o governador Rui Costa, durante visita às obras de implantação do canal no Rio Paraguari, em Nova Constituinte. Atualmente, o número de óbitos tem oscilado entre 20 e 30 óbitos diariamente. Segundo Rui, o ideal é que o número esteja abaixo de 20.

Adilton Venegeroles / Ag. A TARDE

Governador em vistoria nas obras de implantação de canais que já estão concluídas 90% em Nova Constituinte

Abrangência

Até o próximo dia 28, serão 18 escolas estaduais nos bairros da Liberdade, Caixa D'Água, Queimadinho, IAPI, Pero Vaz, Pau Miúdo, Cidade Nova, Curuzu, Soledade, Barbalho e Nazaré. Ao todo, são 19.617 contemplados, sendo 18.285 estudantes, 859 professores e 473 funcionários, das 8h às 17h.

Os testes são do tipo RT-PCR e já foram aplicados nas comunidades de 28 escolas do Subúrbio Ferroviário de Salvador e de 21 escolas localizadas no bairro de Cajazeiras e região.

Ao todo, são 18.285 alunos, 859 docentes e 473 servidores na região da atividade

Hoje, o Colégio Estadual Duque de Caxias recebe as comunidades escolares dos Colégios Estaduais Tereza Conceição Menezes e Pierre Verger. Já em Caixa D'Água, as comunidades escolares da Escola Estadual Classe VI – Anísio Teixeira e do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Classe IV serão atendidas no Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque, escola-polo do bairro.

Durante a semana, Rui já havia sinalizado que, pelo menos, 10% dos alunos da rede escolar têm apresentado quadro positivo para a Covid-19.

Vistoria

Na manhã de ontem, o governador realizou vistorias nas obras de implantação de canais desde o Rio Paraguari até a Rua da Glória, e do Rio Congo até o Rio Paraguari, que já estão 90% concluídas no bairro de Nova Constituinte.

Na oportunidade, o governador acompanhou também, os trabalhos da requalificação urbana e infraestrutura na localidade de Barreiro, que já está com 70% de conclusão.

Causa

Segundo Rui Costa, os problemas de enchentes e alagamentos no bairro estão associados à disposição geográfica do local.

"Se olharmos para os lados, é como se fosse uma grande bacia, onde aqui é a parte mais baixa. Ao longo do tempo, as pessoas foram ocupando essa região, que alaga muito fácil. Esse canal visa resolver esse problema de alagamento e enchente. Aqui é uma comunidade de baixa renda, e com muito esforço as pessoas conseguem comprar suas coisas e perdem tudo em épocas de enchentes", explicou.

No entanto, o governador destacou que, além de ser uma obra que trará benefícios à infraestrutura do bairro, também será responsável por oferecer melhorias à saúde da população. A obra tem previsão de entrega no ano que vem.

"Além do canal, estamos fazendo a pavimentação, urbanização, macrodrenagem, microdrenagem, inclusive aproveitando a obra para avançar na coleta de esgoto. É uma intervenção de saúde pública, porque o nível de possibilidade de doenças em áreas úmidas e alagadas é bem maior por conta da proliferação de insetos", destacou.

*SOB A SUPERVISÃO
DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 22/10/2020	Página: B5

A TARDE
O jornal de toda Bahia

Armando Avena

ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O risco fiscal põe o Brasil em risco

A ciência econômica é uma mistura de números e expectativas. Os números indicam uma forte retomada na economia e permitem supor um bom 2021. Mas as expectativas, não as relacionadas com a Covid-19, pois tudo indica que vacina virá em janeiro, mas com a situação fiscal do país, são preocupantes. Isso porque os gastos do governo, que já eram altos, ampliaram-se na pandemia, resultando num déficit de 12% do PIB e no aumento da relação dívida/PIB, que vai chegar a 100%. E nos primeiros quatro meses de 2021, o governo terá de financiar 15% dessa dívida num ambiente de risco fiscal.

É o risco fiscal que faz a cotação do dólar disparar, fez os juros de longo prazo subirem e pressiona a inflação em alguns setores. A cotação do dólar sobe porque a taxa Selic a 2% espantou o capital especulativo e o capital produtivo tem aversão ao risco. Resultado: o capital externo está deixando de financiar nossa dívida, está saindo da bolsa de valores e a cotação do dólar tende a subir. E quando o governo tenta rolar sua dívida no longo prazo encontra juros muito maiores do que no curto prazo e fica obrigado a financiar sua dívida em prazo curto (38% dela já tem vencimento em 12 meses).

E dá um frio na barriga pensar que podemos voltar à década de 70 e 80 quando se rolava a dívida todo dia.

Como se não bastasse, a inflação deu as caras e o índice de preços por atacado já atingiu 20% nos últimos 12 meses e dólar alto está encarecendo o custo de produção de muitas cadeias produtivas, e tudo isso vai ser repassado aos preços.

Em resumo: o risco fiscal é responsável, em última estância, pelo dólar alto e pela volta da inflação. Para completar, há a questão do auxílio emergencial, que, se não for resolvida, pode comprometer o crescimento econômico em 2021.

Como se resolve um problema desse tamanho? Bom, para começar com uma postura firme do presidente em defesa do teto de gastos, afinal, se a despesa ficar congelada e a economia voltar a crescer, a relação dívida/PIB vai cair. E se isso for feito ao mesmo tempo que se aprova a reforma tributária e administrativa e o novo auxílio emergencial passa a ser financiado com corte de gastos e de subsídios, o risco fiscal cai mais ainda e, gradualmente, os juros de longo prazo se reduzirão, a cotação do dólar cairá e o aumento da produção vai conter os preços. Mas não se faz isso com bravatas e sim com decisão política.

Agora, se nada for feito e os ministros do próprio governo continuarem querendo furar o teto de gastos, aí vai ficar tudo como era dantes no quartel de Abrantes.

Os gastos do governo, que já eram altos, ampliaram-se na pandemia, resultando num déficit de 12% do PIB

E dá um frio na barriga pensar que podemos voltar à década de 70 e 80, quando se rolava a dívida todo dia

Polo sucroalcooleiro

O Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco está se tornando realidade. O polo, localizado nos municípios de Barra e Muquém do São Francisco, prevê a implantação de cinco usinas com investimentos privados superiores a R$ 2 bilhões, capazes de produzir 10,5 milhões de toneladas de cana. A primeira dessas usinas, do Grupo Paranhos Agroindustrial, está em implantação e deve entra em operação em julho de 2021 com 12 pivôs centrais e colhendo 400 mil toneladas de cana-de-açúcar. E a empresa Bevap Bioenergia assinou protocolo de intenções com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a implantação de uma unidade de industrial suco-energética, ao custo de R$ 500 milhões.

Palestra na Vetor Participações

Em comemoração aos 25 anos da Vetor Investimentos e Participações – uma empresa baiana especializada na captação de recursos e nas operações de compra ou venda de empresas, com sede na Bahia e em Portugal –, fiz palestra na última terça-feira sobre as perspectivas da economia brasileira. Na oportunidade, mostrei que as previsões apontam para um crescimento do PIB de 3,5% em 2021 e que as oportunidades de negócios são muitas, especialmente em logística, agronegócio, saúde, educação, TI, saneamento, gás e outros. O Brasil está pronto para crescer, mas o governo precisa dar segurança ao investidor, garantir o teto de gastos, as reformas e um auxílio emergencial baseado em corte de despesas.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Satélite

Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br @satelite

"Não é função da Abin servir de instrumento para defesa de interesses políticos dos governantes de plantão. O Congresso deve realizar uma fiscalização independente sobre a ação na COP 25 Jaques Wagner

Senador pelo PT da Bahia, sobre uso de espiões da agência na conferência do clima da ONU ano passado, em Madri

Aperto na fila

A 24 dias do primeiro turno da sucessão municipal, siglas com bancadas expressivas na Câmara de Salvador temem sair com um número menor de eleitos em comparação com quantidade de vereadores que estão atualmente no exercício do mandato. Articuladores políticos da oposição e da base aliada à prefeitura são unânimes em apontar o DEM como uma dos partidos que perderão tamanho após a contagem dos votos, embora afirmem também que ele permanecerá, de longe, como o maior da Casa. Hoje, o Democratas reúne 12 vereadores, todos candidatos à reeleição. Contudo, projeções feitas à Satélite apontam que a chapa da legenda deve emplacar de oito a dez concorrentes, no máximo.

CONTA DE SUBTRAIR

Outros dois partidos na lista de maiores bancadas, ainda segundo as projeções feitas por estrategistas políticos, devem perder ou pelo menos manter a mesma quantidade de vereadores: MDB e PSDB, ambas com três. O PT, que possui quatro, tende a perder até dois.

Santo de casa

A perspectiva de redução já provocou quedas de braço internas travadas por vereadores interessados em não perder a fatia do bolo que será distribuído entre os partidos, de acordo com soma dos votos recebidos por cada um deles. Entre as legendas com bancada de dois integrantes, a disputa é bem mais fratricida. Caso do PSC e PSB. Na primeira, os vereadores Ricardo Almeida e Lorena Brandão brigam para garantir a liderança da chapa e evitar o risco de ficar sem vaga na Câmara. No segundo, o duelo é protagonizado por Silvio Humberto e José Trindade, que conta com apoio indireto do governador Rui Costa (PT).

Fermento no pão

Cardeais da base do DEM e da oposição estimam também corrida acirrada pelo posto de segunda maior bancada da Câmara de Salvador a partir de 2021. No momento, três partidos despontam na bolsa de apostas: Republicanos, PDT e Patriota, tido como uma das legendas cujo desempenho nas urnas deve surpreender. Do trio, a avaliação é de que todas elas podem eleger até quatro vereadores. Já na oposição, os cálculos indicam que o PCdoB tem chances de passar o PT e se tornar a mais numerosa da ala.

Divisão de onda

A julgar pelo resultado da última pesquisa do Instituto Paraná sobre a eleições na capital e a avaliação dos governos municipal, estadual e federal, a condução da pandemia fez bem para a popularidade do prefeito ACM Neto e do governador Rui Costa, que tiveram crescimento muito semelhante. Enquanto a aprovação de Neto de maio a outubro subiu de 78,3% para 84,3%, aumento de 5,8 pontos percentuais, a de Rui subiu cinco. Foi de 77% para 82%.

Hora do troco

Ex-deputado pelo Psol do Rio, o baiano Jean Wyllys ganhou a briga no Supremo contra o deputado Eder Mauro (PSD-PA). Por ter recortado fala de Jean no Congresso em 2015, para dizer que ele achava negros mais perigosos que brancos, Mauro terá que pagar 30 salários mínimos por crime de difamação.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

BAHIA

Ônibus movido a gás entra em fase de testes na capital

MENOS POLUIÇÃO Começou a circular em Salvador o primeiro ônibus movido a gás natural veicular (GNV) e biometano. A capital é a primeira do Nordeste a receber o veículo, que já passou por São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Rio de Janeiro. O próximo estado a testá-lo será o Paraná. A fase experimental começou ontem e faz parte de uma ação que envolve a Bahiagás, Secretaria de Infraestrutura do Estado (Seinfra) e a montadora Scania.

A expectativa é que até a próxima segunda-feira (26) o ônibus faça o trajeto Aeroporto - Praia do Forte. O deslocamento ocorrerá sempre às 6h e 15h, e a tarifa será de R$ 8,10.

Segundo o secretário estadual de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, essa fase de testes é fundamental para que a gestão estadual possa avaliar futuras licitações de transporte. "Nós estamos fazendo esse período de teste por dois motivos: trazer uma redução do valor da tarifa para o usuário na futura licitação e poder ter uma transição para combustíveis ambientalmente mais corretos. É uma experiência para avaliar o custo desse veículo em comparação com o veículo movido a diesel".

CAMILA SOUZA/ GOVBA

Veículo fará o trajeto Aeroporto – Praia do Forte por R$ 8,10

O ônibus em testes tem capacidade para 110 passageiros, possui ar-condicionado, plataforma elevatória e assento especial para deficientes visuais acompanhados de cão-guia. Por conta da pandemia, a capacidade do veículo será reduzida.

Conforme avalia Luiz Gavazza, diretor-presidente da Bahiagás, os diferenciais são a economia e impacto ambiental. Além disso, tem a redução das emissões de gases de efeito estufa e óxido de nitrogênio, assim como a diminuição da poluição sonora nos grandes centros.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

Portabilidade para financiar imóveis tem salto de 625%

CASA PRÓPRIA A crise financeira causada pela covid-19 e a taxa de juros na mínima histórica, fizeram com que operações de portabilidade de financiamento imobiliário se tornassem vantajosas para mutuários que desejam reduzir os custos de contratos antigos, assiandos antes do início da pandemia.

Isso porque, ao transferir a dívida para outro banco, o consumidor pode conseguir reduzir o valor das parcelas, melhorar as condições do empréstimo feito para comprar a casa própria e economizar dinheiro das prestações mensais.

Nos primeiros sete meses deste ano, segundo reportagem publicada pelo portal G1, o número de pedidos efetivados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) chegou a 8,7 mil - uma alta de 625% em relação ao mesmo período de 2019, quando foram apenas 1,2 mil operações, segundo dados divulgados pelo Banco Central do Brasil.

8,7
mil pedidos de troca de credores foram efetuados no Brasil de janeiro a julho deste ano, segundo o BC

O número de pedidos de portabiliade, no entanto, foi ainda maior: foram 26,5 mil solicitações de janeiro a julho. No mesmo período, o saldo portado (a soma dos valores financiados) atingiu R$ 3 bilhões. "O contexto atual de juros, associado à entrada de novos participantes, contribui para a melhoria das condições de oferta de crédito, tanto para novas operações como para a portabilidade", informou a área técnica do Banco Central de acordo com citação do G1.

A crise financeira, na avaliação da entidade, também foi determinante para alavancar a demanda e a oferta de portabilidade de crédito neste ano. Com menos encargos financeiros, os financiamentos se tornam mais acessíveis para os mutuários. Sob a ótica dos credores instituições financeiras que concedem os empréstimos), por sua vez, o crédito imobiliário se tornou uma alternativa a mais para estabelecer uma relação de longo prazo com bons clientes em um momento de acirramento da concorrência entre bancos e fintechs.

"Em muitos casos, para não perder um bom cliente, o credor busca a renegociação das condições do crédito ao receber uma demanda de portabilidade", disse o BC.

Destaca-se que uma taxa de juros menor gera uma grande diferença no valor final do imóvel e acelera a liquidação da dívida. Um refinanciamento de R$ 700 mil, em 25 anos, pode gerar uma economia de até R$ 245 mil.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R$ 5,612	R$ 5,614
Dólar Turismo	R$ 5,583	R$ 5,76
Euro turismo	R$ 6,6646	R$ 6,648

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Bovespa	100.562,488	+0,01%

POUPANÇA

22/10/2020	0,1159%

SALÁRIO MÍNIMO

R$ 1045,00

INFLAÇÃO

	Setembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,64%	1,34%	3,14%
INPC/IBGE	0,87%	2,04%	3,89%
IGP-M/FGV	4,34%	14,4%	3,39%

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA VOLTA A CRESCER

MAIOR EM 9 ANOS O Índice de Confiança da Indústria brasileira teve uma alta de 4 pontos na prévia de outubro, na comparação com o número consolidado de setembro. Com isso, o indicador chegou a 110,7 pontos, o maior patamar desde abril de 2011 (111,6 pontos), segundo informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV). A alta de setembro para a prévia de outubro foi puxada principalmente pelo Índice da Situação Atual, que mede a confiança do empresário em relação ao presente e que subiu 5,9 pontos, chegando a 113,2 pontos.

CNI PREVÊ QUEDA DE 4,2% NO PIB DESTE ANO

SETOR PRODUTIVO Em linha com as principais estimativas do governo e do mercado para a economia brasileira em 2020, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) manteve ontem sua projeção para a queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 4,2%. A previsão é igual à do último Informe Conjuntural da entidade, divulgado em maio. Apesar da recuperação no terceiro trimestre, a CNI estima uma queda de 4,1% no PIB industrial em 2020. A indústria de transformação deve sofrer mais, com um encolhimento de 6,3% no ano.

FECOMÉRCIO DA BAHIA RECEBE EMBAIXADOR DA ARGENTINA

ENCONTRO A Bahia foi o estado escolhido para dar início às visitas oficiais do novo embaixador da Argentina no Brasil, Daniel Scioli. Ontem ele se encontrou com empresários ligados à Fecomércio-BA e à Cecab - Câmara Empresarial de Comércio Argentina - Bahia. O estado é o sexto do Brasil em volume de exportações argentinas ao Brasil.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

miriam leitão

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A morte, a vacina e o presidente

Em 2020, estamos morrendo, mas o presidente só pensa em 2022. É capaz de qualquer ato, o mais temerário que seja, para realizar seu plano. Ontem foi um dia em que o Brasil perdeu tempo na nova desordem criada por Jair Bolsonaro. Ele atacou a China, o governador João Doria, humilhou o general Pazuello e fez sua revolta da vacina para agradar sua milícia digital. O presidente conspira contra a saúde dos brasileiros para aplacar seus radicais.

Há uma minoria muito estridente nas redes que cobra dele provas de lealdade. Abraçado a políticos com dinheiro nas cuecas, com sua família toda enrolada, o presidente não pode mesmo entregar a promessa de combate à corrupção. Então ele cria conflitos com a China, com Doria, com a vacina para provar que permanece sendo o mesmo. Ele foi cobrado pelo acordo de intenção assinado com o governo de São Paulo e por isso deu o seu chilique.

O Instituto Butantan é o maior fornecedor de vacina para o programa nacional de imunização e tem a confiança do país. É óbvio que será um dos fornecedores, caso a vacina desenvolvida na cooperação com a China passe bem por todo o processo da Anvisa. Como disse ontem a agência, existem quatro "protocolos de desenvolvimento vacinal" correndo na Anvisa e nenhum pedido ainda de registro. Quando houver, será avaliado tecnicamente. O presidente da Anvisa, Antonio Barra, procurava palavras para não sair do roteiro da agência. Barra é o mesmo que em março foi para uma manifestação contra o Congresso junto com o presidente, participando de aglomeração. Recebeu esta semana a aprovação do Senado e agora tem mandato.

No entorno do presidente a explicação dada pela manhã foi que Bolsonaro estava dizendo que o governador Doria havia distorcido o que fora dito por Pazuello na videoconferência. Doria divulgou o comunicado da reunião para mostrar o que havia acontecido e que todo mundo tinha entendido, aliás. Uma intenção de compra caso a vacina seja aprovada e tenha registro. Inventando uma briga inexistente, Bolsonaro postou que qualquer vacina deverá ser comprovada cientificamente e aprovada pela Anvisa. Mas fez isso escrevendo em caixa alta: "A vacina chinesa de João Doria." E conclui que não vai comprar a vacina. Depois usou a palavra "traição" e era em relação ao ministro da Saúde.

Ao atacar Doria, ele está tentando enfraquecer um suposto adversário de 2022. Ao fazer sucessivas referências depreciativas à China, ele estigmatiza o país. Mas mais do que isso: Bolsonaro agride nosso principal parceiro comercial e investidor estratégico. Não ganhamos nada em tomarmos partido na nova guerra fria. O interesse americano nessa briga não é o nosso interesse.

A embaixada chinesa já havia soltado uma nota na terça-feira para rebater as acusações do secretário americano, Mike Pompeo, e do conselheiro de Segurança Nacional, Robert O'Brien, de que a China seria uma ameaça ao Brasil. No trecho mais duro contra os americanos, os chineses disseram que os EUA tinham um "histórico sujo" em segurança cibernética, com operações massivas de espionagem contra vários países, incluindo o Brasil. Ontem, após a polêmica com a vacina, o embaixador chinês, Yang Wanming, afirmou que investimentos chineses no Brasil geraram mais de 50 mil empregos diretos e poderiam chegar a US$ 100 bilhões em um período de cinco anos. Era uma forma de comparar com o que foi oferecido pela missão americana. Perto do volume que precisa ser mobilizado para o investimento em 5G, o US$ 1 bi de financiamento americano não é nada.

Num mesmo ataque de nervos o presidente agrediu um parceiro estratégico, mostrou de novo que não tem atributos para comandar uma federação, humilhou o ministro da Saúde, justamente o mais submisso aos seus caprichos.

O pior, contudo, é que Bolsonaro atentou contra a saúde dos brasileiros. Ele espalha o vírus da desconfiança em relação a uma vacina que pode vir a salvar milhares de vidas. Desde o começo da pandemia ele já brigou com governadores, agrediu o STF, demitiu dois ministros da Saúde, defendeu remédios não comprovados, ajudou a disseminar o coronavírus com suas aglomerações e seu exemplo de desprezo à proteção. Bolsonaro é um atentado à saúde pública no meio de uma pandemia. E já são 155 mil os nossos mortos.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

ECONOMIA

Programa para microempresas terá 3ª fase com taxas maiores

CRÉDITO O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) terá uma terceira fase, anunciou ontem Carlos Da Costa, secretário e Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia. Segundo ele, "uma parte do programa terá duração indefinida". O governo já negociava com o Congresso Nacional a extensão do Pronampe para o próximo ano.

O Pronampe conta com parcerias com bancos públicos e privados, sendo Caixa, Banco do Brasil e Itaú os que mais liberaram crédito na modalidade, respectivamente com concessões de R$ 12 bilhões, R$ 7 bilhões e R$ 4 bilhões. Mais de 50% das empresas que tomaram empréstimos pelo Pronampe 1 ou pelo Pronampe 2 não tinham histórico de tomada de crédito formal, segundo o secretário. "O dinheiro está sendo bem usado. Para garantir a sobrevivência, para ter capital de giro na retomada ou para melhorar as operações e ganhar produtividade". afirmou o secretário.

O Pronampe 3 permitirá uma concessão de crédito maior, diante do histórico de baixa inadimplência verificado nas edições anteriores. Segundo Costa, a alavancagem permitida será de quatro vezes e terá cobertura de 25% da União (era de 85% nas versões 1 e 2). Os juros cobrados pelos empréstimos também serão maiores. Atualmente, os créditos via Pronampe são corrigidos pela taxa Selic (em 2% ao ano hoje) mais 1,25% sobre o valor concedido.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*
O QUE A BAHIA QUER SABER

PDT quer que estados e municípios decidam sobre vacina

PEDIDO AO STF Após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) anunciar que o Ministério da Saúde não vai obrigar a população a tomar uma possível vacina contra a covid-19, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir aos estados e municípios autonomia para determinar a imunização compulsória.

Na ação, ajuizada anteontem, a sigla de oposição ao governo Bolsonaro argumenta que o artigo 3º da Lei nº 13.979/2020, que determina medidas de enfrentamento à pandemia, prevê que "as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, determinação de realização compulsória de vacinação".

O partido afirma que ainda que, na corrida pela vacina, os estados precisaram se adiantar à 'omissão' do governo federal e firmaram acordos com desenvolvedores para receber e produzir imunizantes em fase de testes "na expectativa de exercer sua competência concorrente em matéria de defesa da saúde".

"O que poderia, em tese, ser considerada uma questão nacional tornou-se de interesse local, tendo em vista que diversos estados e municípios adiantaram-se à omissão deliberada do Ministério da Saúde", diz um trecho da ação.

"Omitindo-se a União em seu dever constitucional de proteção e prevenção pela imunização em massa, não pode ser vedado aos estados a empreitada em sentido oposto, isto é, da maior proteção, desde que amparado em evidências científicas seguras", emenda o partido.

> Partido acusa o presidente de transformar problema de saúde pública em birra pessoal

O PDT também acusa o presidente Jair Bolsonaro de transformar um problema de saúde pública em uma 'questão individual'.

"Capricho do senhor Jair Messias Bolsonaro", diz a sigla. "Bolsonaro insiste na continuidade da marcha cega e deliberada do negacionismo científico, que levou à morte de inúmeros brasileiros no decorrer da pandemia do novo coronavírus (...) O perigo de lesão grave é inconteste, quer à saúde, ao meio ambiente e às finanças públicas", argumenta a sigla no texto da ação.

Na segunda-feira, 19, após o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), declarar que a vacinação contra a covid-19 no estado será obrigatória, Bolsonaro voltou a afirmar que o Ministério da Saúde não vai impor a imunização e disse que tem 'governador que está se intitulando o médico do Brasil'.

"A lei é bem clara e quem define isso é o Ministério da Saúde. O meu ministro da Saúde já disse que não será obrigatória essa vacina e ponto final", declarou na saída do Palácio da Alvorada.

A ação ajuizada pelo PDT anuncia que a obrigatoriedade da vacina no Brasil deve ser mais um capítulo da pandemia levado à Justiça se as divergências entre governos federal e estaduais persistirem. Desde março, quando governantes locais que defendiam o isolamento como estratégia mais eficaz para frear o avanço da doença passaram a sofrer resistência do presidente Jair Bolsonaro, que insistia na reabertura da economia, a disputa foi parar no Supremo Tribunal Federal. Na ocasião, o ministro Alexandre Moraes deu autonomia a estados e municípios na adoção medidas de quarentena e isolamento social.

LEIA MAIS SOBRE A VACINA CONTRA A COVID-19 NA PÁG. 22 DESTA EDIÇÃO.

Veículo: Correio*	
Data: 22/10/2020	Caderno: Economia

Correio*

SEM LDO, GOVERNO PODE SUSPENDER GASTOS EM 2021

ORÇAMENTO O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou, ontem, que o governo pode ter de suspender todos os gastos no ano que vem, inclusive o pagamento de aposentadorias e benefícios sociais, se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não for aprovada até o fim deste ano. Essa é a primeira vez em que há o risco de a LDO não ser aprovada dentro do prazo. A demora do Congresso em analisar a LDO se deve à pandemia e às disputas políticas pelo comando da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Gil Santos e Marina Hortélio*
REPORTAGEM
redacao@correio24horas.com.br

MARINA SILVA

Futuro ainda incerto

Não existe uma data para o retorno, mas os protocolos estão sendo discutidos

Escolas
Gestores públicos se reúnem e pensam em saídas para não haver prejuízo

Quando 2020 começou, ninguém poderia imaginar que uma pandemia iria alterar o calendário escolar e que, em outubro, a Prefeitura e o governo do estado ainda estariam decidindo quando o ano letivo iria começar, mas é isso o que está acontecendo. Ontem, o prefeito ACM Neto (DEM) e o governador Rui Costa (PT) participaram de uma reunião, para discutir, entre outros assuntos, o retorno às aulas e, hoje, será a vez de os secretários municipal e estadual da pasta da Educação sentarem, para alinhar os protocolos setoriais e pedagógicos para a retomada do ensino presencial.

As informações serão repassadas para o governador e para o prefeito para que ambos possam bater o martelo e uma data para a volta às aulas, assim como o formato dessas atividades. "As tratativas estão avançadas", comentou o secretário municipal, Bruno Barral. Os gestores não comentaram as decisões da reunião de ontem, mas um anúncio deverá ser feito na semana que vem.

Por enquanto, o que há é o monitoramento do número de óbitos por covid-19 em todo o estado, "um sintoma muito claro da doença para definir o retorno", segundo Rui Costa afirmou durante visita a uma obra na Nova Constituinte. "Se os óbitos continuarem em 26 e 27, significa que a doença ainda continua em situação preocupante", disse ele.

ACM Neto também disse que está analisando o cenário da pandemia, que precisa considerar diversos fatores, e que as decisões serão tomadas em conjunto. Ele também colocou a compilação de conteúdos como uma boa saída para a retomada das aulas: "O que eu defendo é que a gente pegue todo o conteúdo de 2020 que não foi dado aos alunos, some ao conteúdo de 2021, e que a gente faça um compilado, uma junção de 2020 com 2021, a partir do momento em que o retorno das aulas for possível".

O gestor enfatizou que isso teria que partir do governo federal e que seria preciso montar um novo calendário letivo, com férias diferentes dos modelos tradicionais e com aulas aos finais de semana.

As aulas estão suspensas em Salvador desde 18 de março. Naquela mesma semana, o governador interrompeu as atividades, primeiro nos municípios que tinham registrado casos do novo coronavírus, e dois dias depois, em todas as 417 cidades do estado. Desde então, esses decretos foram sendo renovados a cada mês ou a cada 15 dias.

Para o coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), Rui Oliveira, as aulas deveriam ser retomadas no próximo ano. Ele lembrou que o Rio de Janeiro acaba de anunciar que as aulas presenciais voltarão apenas no ano que vem. Acre, Piauí, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Goiás também terão aulas só em 2021. "É preciso responsabilidade", disse.

*COM SUPERVISÃO DA SUBEDITORA FERNANDA VARELA

ARQUIVO

"Defendo que o conteúdo de 2020 que não foi dado seja somado ao conteúdo de 2021 e a gente faça um compilado
ACM Neto
Prefeito de Salvador

ARQUIVO

"Arrisco a dizer que, se não fossem as aglomerações de festa de paredão e campanhas, a gente já teria retornado às aulas
Rui Costa
Governador da Bahia

Testes de covid começam em 18 escolas da região da Liberdade

Começou ontem a testagem para covid-19 em estudantes, professores e funcionários de 18 escolas estaduais localizadas nos bairros da Liberdade, Caixa D'Água, Queimadinho, IAPI, Pero Vaz, Pau Miúdo, Cidade Nova, Curuzu, Soledade, Barbalho e Nazaré. O processo de testagem, que já ocorreu antes na região do Subúrbio e em Cajazeiras, é uma forma de monitorar o contágio pelo novo coronavírus na rede de escolar estadual. Os testes serão feitos em 19.617 pessoas, sendo 18.285 estudantes, 859 professores e 473 funcionários, e vão até a próxima quarta-feira (28).

Leilane Gomes, 20 anos, fez o teste já no primeiro dia da ação. A estudante estranhou o procedimento, mas afirmou que o processo era necessário. "Foi tranquilo até eles colocarem aquele negócio no meu nariz. No primeiro momento que eu soube, decidi ir. Minha prima teve coronavírus e eu tinha tido contato com ela. Então, queria saber se peguei, mesmo que precisasse passar por essa situação que é muito ruim", contou, com bom humor, a jovem, que está no segundo ano do ensino médio.

MARINA SILVA

Muitos alunos sentiram desconforto na hora do teste

Felipe de Carvalho, 16, também sentiu desconforto no teste, mas, no fim, achou que fez certo em ir até a escola. "Na hora que eu sentei na cadeira e vi aquele cotonete grandão, já me arrependi. Foi muito desconfortável, mas sei que era o certo a se fazer porque vou poder saber se tive ou não coronavírus", falou o aluno do primeiro ano do ensino médio. Os estudantes ainda não receberam os resultados. Os dois estudam no Colégio Estadual Duque de Caxias. Segundo eles, a escola informou que a perspectiva é que sejam informados em quatro dias.

FOTOS DE DIVULGAÇÃO

O professor Fernando Didier é coordenador de robótica do Sesi Bahia: "vivemos momento de reinvenção"

Superando barreiras com inteligência artificial

Participantes do Desafio Agenda Bahia Sesi Microsoft IA terão seus trabalhos expostos em mostra

Gabriel Amorim*
REPORTAGEM
gabriel.amorim@redebahia.com.br

Já imaginou chegar para as compras no mercado e encontrar uma máquina que te ajude dizendo exatamente quais itens da sua lista estão disponíveis e a exata prateleira onde encontrá-lo? Pode parecer coisa do futuro, mas a ideia existe e já tem até um protótipo inicial. Foi esse o projeto vencedor do Desafio Agenda Bahia Sesi Microsoft IA, voltado para desenvolver soluções com o uso da inteligência artificial. Para vencer, o projeto precisou superar outras 47 ideias que envolveram todas as escolas de ensino médio da Rede SESI.

Na segunda e última fase do concurso foram escolhidos sete trabalhos para participar de um processo de aperfeiçoamento e mentoria com os parceiros SENAI, Microsoft e o CORREIO. Foi com uma apresentação final depois dessas mentorias que o projeto Inteligência Artificial nos Centros de Compras venceu. A ideia é dos alunos João Victor Peneda, Davi Maciel, Felipe Cruz, Gabrielle Silva, Luana Carolina e Maria Clara, alunos da escola SESI Reitor Miguel Calmon.

Os vencedores conquistaram um prêmio especial oferecido pela Microsoft, o curso AZ-900, voltado para pessoas interessadas em conhecer a Nuvem Microsoft e já garantir sua primeira certificação nessa tecnologia. Quem acompanhou o processo diz que o resultado foi surpreendente. "Foram alunos que evoluíram muito. Foram capturando ferramentas, ideias, conceitos, e construíram uma ideia que seja de fato funcional, que reduza custo para o empresário, mas que traga inclusão, auxilie as pessoas", conta Moisés Santos, arquiteto de dados e especialista em inteligência artificial da Microsoft.

Além de facilitar a experiência das compras, a máquina pensada pelos alunos serve também para auxiliar pessoas portadoras de deficiência. "A máquina tem comando e resposta por voz para quem for deficiente visual, comando por imagem para quem for deficiente auditivo, além de função touch e um piso tátil", explica a estudante Maria Clara Andrade.

Ela conta que a vitória foi encarada como surpresa: "A gente escreveu o projeto sem muita pretensão. Mas quando fomos selecionados para participar do desafio, começamos a pesquisar pra deixar o nosso projeto mais completo". Para os professores, vencer um desafio como esse é um grande passo para os estudantes. "Foi possível os alunos levarem o conteúdo da sala de aula para uma aplicação tecnológica prática através da inteligência artificial", diz a professora da oficina de física Maiane Sá, uma das orientadoras do projeto.

AGENDA BAHIA

Por trás do desafio, o tema que, segundo especialistas, é de imensa importância principalmente quando exposto a jovens em formação. "Quando se capacita jovens, alinha eles com as tendências do mercado, a gente dá as ferramentas para ele se desenvolver. Eu não só estou garantindo emprego e uma melhor renda, mas também colocando no mercado mão de obra qualificada", avalia Moisés. Segundo ele, são muitas as oportunidades perdidas por falta de qualificação para lidar com a área da inteligência artificial. "Abraçar a adoção de uma inteligência artificial abre uma gama de oportunidades gigantesca, pode trazer melhores empregos e grandes oportunidades", pontua.

Quem trabalha diretamente com os jovens também entende a importância de prepará-los. "A educação influencia e é influenciada por este mundo cada vez mais tecnológico e as relações sociais, econômicas, políticas, de consumo estão cada vez mais balizadas por estes avanços. Então é preciso apoiar os estudantes a compreenderem e se preparem para essas mudanças rápidas que vem ocorrendo", diz Cléssia Lobo, Gerente Executiva de Educação e Cultura do Sesi Bahia.

"Esse é um momento de isolamento, em que estamos precisando nos reinventar muito rápido e fizemos isso inclusive nas aulas da rede. Então, quando vimos o tema da Agenda Bahia e como ele casava com temas que já estávamos desenvolvendo, resolvemos dar a oportunidade aos alunos de ampliarem o olhar", acrescenta Fernando Didier, coordenador de robótica do Sesi Bahia, chamando atenção para a congruência com o tema geral do evento Agenda Bahia, que este ano foi Dados da Gente.

MOSTRA SESI

O Desafio, então, passou a integrar o Agenda Bahia, fórum realizado anualmente pelo CORREIO, na intenção de colaborar na formação dos alunos. "A ideia é estimular os jovens na busca por soluções para o local onde vivem e criar impactos positivos através da inovação. Desenvolver esse Desafio no Agenda Bahia com jovens estudantes, que tanto nos trazem orgulho pela possibilidade do legado de seus projetos quanto pelo aprendizado que nos trazem", comenta Rachel Vital, Curadora de conteúdo do Fórum Agenda Bahia.

Durante a Mostra Sesi Steam, o maior evento virtual da Rede SESI de Educação e Cultura, o Desafio Agenda Bahia SESI Microsoft IA terá destaque especial para apresentação dos sete trabalhos, que podem ser visitados de hoje até dia 23 de outubro, no site do SESI.

O Desafio Agenda Bahia SESI Microsoft IA é uma ação da parceria entre o Sistema Fieb, no âmbito do Sesi, com o evento Agenda Bahia. O Fórum Agenda Bahia 2020 é uma realização do CORREIO, com o patrocínio do Hapvida, parceria do Sebrae, apoio da Braskem, Claro, Sistema FIEB, SMARTie e SINDIMIBA e apoio institucional da Rede Bahia e da rádio GFM 90,1.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

PROJETO VENCEDOR

IA nos Centros de Compras: *Este projeto de pesquisa tem como objetivo ressaltar os benefícios da inteligência artificial por meio de assistentes virtuais nos centros de compras, de modo a promover o bem-estar do cliente e otimização de gastos. A conversão eficiente do comprador e a venda repetida são essenciais. A inteligência artificial possibilita que máquinas aprendam com experiências, adequando-se a novos dados e executando tarefas como seres humanos, o que torna mais fácil oferecer o que os clientes querem.*

Moisés Santos, arquiteto de dados e especialista em inteligência artificial da Microsoft

> **Quando se capacita jovens, alinha eles com as tendências do mercado, a gente dá as ferramentas para ele se desenvolver**
> Moisés Santos
> da Microsoft

> **Quando vimos o tema da Agenda Bahia, resolvemos dar a oportunidade aos alunos de ampliarem o olhar**
> Fernando Didier
> do Sesi Bahia

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias

Quinta, 22 de Outubro de 2020 - 07:40

Morro do Chapéu: Força-tarefa contra adulteração de combustíveis aplica multa de R$ 35 mil

Uma força-tarefa de combate à adulteração de combustíveis foi deflagrada nesta quarta-feira (21) em Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina. Denominada de Carbono 14, a operação gerou multa de R$ 35 mil a estabelecimentos em que as irregularidades foram notadas. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF-BA), a ação foi feita após denúncias de venda de combustível adulterado no município. Moradores reclamaram de prejuízos financeiros em razão de defeitos mecânicos nos veículos após abastecimento em postos da cidade.

A PRF-BA informou que entre os veículos afetados estão uma viatura da polícia civil, o carro do delegado e do escrivão que atuam no município. Os veículos apresentaram problemas como perda da capacidade de arranque e falhas de ignição. Durante a força-tarefa – feita em incursões em postos do município e da rodovia BA-052 – três estabelecimentos apresentaram combustíveis com probabilidade de adulteração.

A PRF-BA informou ainda que as diligências prosseguem no curso do inquérito policial que está sob investigação na Delegacia de Polícia Civil. A ação contou ainda com a Polícia Militar, o Ministério Público do Estado (MP-BA) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 22/10/2020	Caderno: Notícias

Quinta, 22 de Outubro de 2020 - 07:00

Preço do etanol atinge maior nível para outubro desde 2016

por Nicola Pamplona | Folhapress

Apesar da queda de consumo, o preço do etanol nas usinas atingiu na semana passada os maiores patamares para um mês de outubro desde 2016. A escalada, ainda no início da entressafra, é provocada principalmente pela maior produção de açúcar e indica pressão sobre o consumidor também na próxima safra.

Segundo dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, na semana passada o preço do etanol hidratado, aquele vendido diretamente nos postos, bateu R$ 2,01 por litro nas usinas de São Paulo.

O valor de venda dos produtores às distribuidoras é 6,3% superior ao verificado na semana anterior e 8% mais caro do que o vigente um ano anterior, já descontada a inflação do período.

Já o etanol anidro, que é misturado à gasolina, era vendido nas usinas paulistas a R$ 2,31 por litro, 4% a mais do que na semana anterior e 13,2% acima do verificado um ano antes. O valor está bem próximo do pico dos últimos anos, de R$ 2,32 (corrigido pela inflação), atingido em fevereiro, mês em que os preços geralmente são mais altos.

Segundo analistas, a escalada de preços reflete a desvalorização do real e a alta dos preços do açúcar, que superaram os R$ 1,3 mil por tonelada após disrupções na produção em países como Tailândia, Rússia e na União Europeia.

"Com o avanço dos preços do açúcar, as usinas adotaram um mix mais açucareiro, o que contribuiu para a menor oferta de etanol e manutenção de preços mais elevados do combustível a partir de julho", dizem, em relatório, os analistas Camilla Dole e Lucas Genoso, da XP Investimentos.

Normalmente, os preços do etanol sobem no último trimestre de cada ano, até atingir o pico no fim do primeiro trimestre do ano seguinte, antes da colheita da safra. Além de mais intenso, o cenário atual indica maior pressão durante a entressafra, já que as condições climáticas em regiões produtoras não têm se mostrado favoráveis.

Para o Itaú BBA, as projeções para a safra 2021/2022 indicam um balanço apertado na oferta de etanol. O banco estima necessidade de de importação superior a um bilhão de litros caso as vendas subam 8% e as usinas destinem 45% da cana para a produção de açúcar.

"Caso o crescimento da demanda seja superior a 10% e/ou o mix se mantiver nos patamares atuais, a necessidade de compras no exterior poderá ser bastante relevante", afirmam os especialistas do banco Cesar de Castro Alves, Fernando Alves Gomes e Guilherme Bellotti de Melo.

Os analistas do Itaú BBA avaliam que a preferência pelo biocombustível pode ganhar força em um cenário de restrições orçamentárias, em que os brasileiros devem optar por opções de combustíveis mais baratas, o que deve manter pressão sobre o consumo.

"Além disso, paridades na bomba entre etanol e gasolina ao redor de 65% nos principais estados consumidores tendem a dar estímulo adicional ao consumo do hidratado", afirmam. Um recuo na demanda só é esperado se esse percentual passar dos 70%.

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) confirma que a safra está mais açucareira, mas diz que o movimento de preços é normal e questiona as projeções sobre aperto na oferta. "Existe um equilíbrio entre oferta e demanda", diz o diretor técnico da entidade, Antônio de Pádua Rodrigues.

Segundo ele, os estoques de etanol hidratado superam os da safra anterior em 12% e a demanda caiu 16%. Além disso, afirma, haverá um incremento na produção de etanol de milho. "Mesmo com a recuperação da demanda nos próximos meses, a oferta será suficiente até o início da próxima safra", concluiu.

Nas bombas, o preço do combustível subiu 14% desde o piso do ano, em maio, quando chegou a R$ 2,913 por litro, aponta levantamento da ValeCard. O valor ainda é menor, porém, do que os registrados no primeiro trimestre -em janeiro, o litro do combustível custava, em média, R$ 3,258.

A ANP, responsável pela coleta oficial de preços dos combustíveis no país, está reformulando sua pesquisa semanal e, por isso, não divulga resultados desde o fim de agosto.

O mercado de combustíveis enfrenta pressão também de outro biocombustível: o biodiesel, que vem subindo desde 2019 em resposta à forte demanda por óleo de soja. O produto é misturado ao diesel de petróleo antes da venda nos postos.

No último leilão regular promovido pela ANP, em agosto, o preço médio foi de R$ 5,043 por litro, mais do que o dobro do preço do diesel de petróleo.Em um leilão complementar, em setembro, os produtores cobraram R$ 5,723 por litro.

As dificuldades de oferta já levaram o governo a reduzir temporariamente o percentual mínimo obrigatório de adição do combustível, que é de 12% em 2020. Atualmente, o percentual está em 11%.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/10/2020	Caderno: Notícias

Quarta, 21 de Outubro de 2020 - 22:20

STF inicia julgamento sobre ICMS de gás importado da Bolívia

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a decidir nesta quarta-feira (21) se o estado de Mato Grosso do Sul tem direito exclusivo de receber o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela importação de gás da Bolívia. Em caso de decisão desfavorável, o governo local estima a perda de aproximadamente R$ 1 bilhão em arrecadação.

A disputa judicial está em andamento há 14 anos na Corte e envolve uma guerra fiscal entre São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além do Paraná, os estados também são abastecidos pelo gasoduto Bolívia-Brasil, de acordo com a Agência Brasil.

Nesta tarde, durante o primeiro dia de julgamento, somente os procuradores dos estados e a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestaram sobre a questão. Amanhã (22), o julgamento será retomado com o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Mais nove ministros também devem votar.

O caso envolve a importação de gás natural pelo gasoduto Bolívia-Brasil. O Mato Grosso do Sul sustenta que tem o direito exclusivo de receber 100% do ICMS incidente sobre a importação produto. O estado argumenta que o gás é nacionalizado pela Petrobras em uma estação localizada em Corumbá.

Os estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul argumentam que, após ser recebido em Corumbá, o gás percorre a parte brasileira do gasoduto e é vendido às companhias estaduais. Sendo assim, as outras unidades da federação também devem receber parte do ICMS.

Durante o julgamento, o procurador de Mato Grosso do Sul, Ulisses Schwarz Viana, defendeu que o estado deve ser o destinatário exclusivo do imposto. "Essa estação é mais que um mero posto da Petrobras, é um núcleo de operações. É nela que se verifica física e juridicamente a entrada do gás no Brasil", defendeu o procurador.

O procurador de Santa Catarina, Weber Luiz de Oliveira, discordou e afirmou que a entrega do gás ocorre em todos os estados abastecidos pelo gasoduto e não somente em Corumbá. Segundo Oliveira, o pagamento do ICMS conforme a entrega do gás aos estados é uma forma que evitar uma guerra fiscal e não permitir que somente estados que possuem portos e aeroportos sejam beneficiados com receitas de impostos. "Situações iguais nos estados estão tendo tratamento diferente ao ofenderem a autonomia federativa", afirmou.

O representante da procuradoria do Rio Grande do Sul, Thiago Holanda González, argumentou que o gás é importado para ser entregue aos estados, sendo o principal motivo para a construção do gasoduto.

"Nas conexões entre os gasodutos de transporte e os gasodutos de transferência é que a Petrobras passa a ter o volume do gás natural. Somente nesses pontos é que pode ser

empregada a função econômica da mercadoria pela empresa importadora, que condiciona para o consumo e para entrega às concessionárias estaduais", disse González.

O representante da Petrobras sustentou que a concretização da importação ocorre no Mato Grosso do Sul e que a distribuição para os demais estados é objeto de outro contrato da estatal. Desde 2007, somente Mato Grosso do Sul recebe as receitas da importação do gás boliviano devido à liminar concedida pelo ministro Celso de Mello, que reconheceu a exclusividade do estado no recebimento.

Na parte brasileira, o gasoduto atravessa 136 municípios localizados no Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 21/10/2020	Caderno: Notícias

Quarta, 21 de Outubro de 2020 - 22:00

Arrecadação federal cresce 1,97% em setembro e tem segunda alta consecutiva

por Thiago Resende | Folhapress

A arrecadação federal de impostos em setembro voltou a registrar uma leve alta. Os recolhimentos no mês subiram 1,97% na comparação real (considerando a inflação) com o mesmo mês de 2019.

Esse é o segundo resultado positivo após seis meses de retração (de fevereiro a julho), influenciado pelo início do pagamento de tributos adiados nos últimos meses.

De acordo com os dados da Receita Federal, os pagamentos dos tributos adiados impulsionaram o valor arrecadado a R$ 119,8 bilhões em setembro.

Na série da Receita, os dados da arrecadação de agosto e setembro interrompem uma sequência de quedas significativas no ano.

Até julho, os recolhimentos federais apresentaram expansão em apenas um mês: janeiro (4,69%).

Em fevereiro e março, houve queda de 2,71% e 3,32% (respectivamente).

Em abril, com os efeitos da pandemia, começaram as quedas de dois dígitos. Naquele mês, houve retração de 28,95% contra um ano antes e, em maio, de 32,92%.

Junho voltou a registrar um forte recuo, de 29,59%. Mas, em julho, os efeitos começaram a arrefecer e a retração foi de 17,68%.

Foi anunciada, depois, uma alta real de 1,33% em agosto na comparação com o mesmo mês de 2019.

Apesar da leve recuperação de valores em agosto e setembro, o acumulado do ano continua mostrando queda de dois dígitos.

A arrecadação foi de R$ 1,026 trilhão até setembro, o que representa uma retração real de 11,7% na comparação com igual período de 2019.

Houve impacto da alteração do prazo de recolhimento dos impostos.

Cobranças para MEI (microempreendedor individual) e para o regime geral do Simples Nacional (como o IRPJ, o IPI, a CSLL, a Cofins, a contribuição previdenciária) foram postergadas.

Além disso, o governo cortou o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) sobre operações de crédito no período da pandemia.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/10/20	

Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: O RISCO FISCAL PÕE O BRASIL EM RISCO

admin 22 Outubro, 2020

A Ciência Econômica é uma mistura de números e expectativas. Os números indicam uma forte retomada na economia e permitem supor um bom 2021. Mas as expectativas, não as relacionadas com a Covid-19 pois tudo indica que vacina virá em janeiro, mas com a situação fiscal do país são preocupantes. Isso porque os gastos do governo, que já eram altos,ampliaram-se na pandemia, resultando num déficit de 12% do PIB e no aumento da relação dívida/PIB que vai chegar a 100%. E nos primeiros quatro meses de 2021, o governo terá de financiar 15% dessa dívida num ambiente de risco fiscal. É o risco fiscal que faz a cotação do dólar disparar, fez os juros de longo prazo subirem e pressiona a inflação em alguns setores.

A cotação do dólar sobe porque a taxa Selic a 2% espantou o capital especulativo e o capital produtivo tem aversão ao risco. Resultado: o capital externo está deixando de financiar nossa dívida, está saindo da bolsa de valores e a cotação do dólar tende a subir. E quando o governo tenta rolar sua dívida no longo prazo encontra juros muito maiores do que no curto prazo e fica obrigado a financiar sua dívida em prazo curto (38% dela já tem vencimento em 12 meses). E dá um frio na barriga pensar que podemos voltar à década de 70 e 80 quando se rolava a dívida todo dia.

Como se não bastasse, a inflação deu as caras, e o índice de preços por atacado já atingiu 20% nos últimos meses e o custo alto do dólar está encarecendo o custo de produção de muitas cadeias produtivas e tudo isso vai ser repassado aos preços. Em resumo: o risco fiscal é responsável, em última estância, pelo dólar alto e pela volta da inflação. Para completar há a questão do auxílio emergencial, que se não for resolvida, pode comprometer o crescimento econômico em 2021. Como se resolve um problema desse tamanho? Bom, para começar com uma postura firme do presidente em defesa do teto de gastos, afinal, se a despesa ficar congelada e a economia voltar a crescer a relação Dívida/PIB vai cair.

E se isso for feito ao mesmo tempo que se aprova a reforma tributária e administrativa e o novo auxílio emergencial passa a ser financiado com corte de gastos e de subsídios, o risco fiscal cai mais ainda e, gradualmente, os juros de longo prazo se reduzirão, a cotação do dólar cairá e o aumento da produção vai conter os preços. Mas não se faz isso com bravatas e sim com decisão política. Agora, se nada for feito e os ministros do próprio governo continuarem querendo furar o teto de gastos aí vai ficar tudo como antes no quartel de Abrantes.

POLO SUCROALCOLEIRO

O Polo Agroindustrial e Bioenergético do Médio São Francisco está se tornando realidade. O polo, localizado nos municípios de Barra e Muquém do São Francisco prevê a implantação de cinco usinas com investimentos privados superiores a R$ 2 bilhões, capazes de produzir 10,5 milhões de toneladas de cana. A primeira dessas usinas, do Grupo Paranhos Agroindustrial, está em implantação e deve entra em operação em julho de 2021 com 12 pivôs centrais colhendo 400 mil toneladas de cana-de-açúcar. E a empresa Bevap Bioenergia assinou protocolo de intenções com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a implantação de uma unidade industrial suco energética, um investimento de R$ 500 milhões.

PALESTRA NA VETOR PARTICIPACÕES

Em comemoração aos 25 anos da Vetor Investimentos e Participações – uma empresa baiana, especializada na captação de recursos e nas operações de compra ou venda de empresas, com sede na Bahia e em Portugal – fiz palestra na última terça-feira sobre a economia brasileira em 2021. Na oportunidade, mostrei que as previsões apontam para um crescimento do PIB de 3,5% em 2021 e que as oportunidades de negócios são muitas especialmente em áreas do agronegócio, logística, saúde, educação, TI, saneamento, gás e outros. O Brasil está pronto para crescer, mas o governo precisa dar segurança ao investidor, garantir o teto de gastos, as reformas e um auxilio emergencial baseado em corte de gastos.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/10/20	

Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

ETANOL: MAIOR PREÇO PARA OUTUBRO DESDE 2016

admin 22 Outubro, 2020

Apesar da queda de consumo, o preço do etanol nas usinas atingiu na semana passada os maiores patamares para um mês de outubro desde 2016. A escalada, ainda no início da entressafra, é provocada principalmente pela maior produção de açúcar e indica pressão sobre o consumidor também na próxima safra.

Segundo dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, na semana passada o preço do etanol hidratado, aquele vendido diretamente nos postos, bateu R$ 2,01 por litro nas usinas.

O valor de venda dos produtores às distribuidoras é 6,3% superior ao verificado na semana anterior e 8% mais caro do que o vigente um ano anterior, já descontada a inflação do período.

Já o etanol anidro, que é misturado à gasolina, era vendido nas usinas, 4% a mais do que na semana anterior e 13,2% acima do verificado um ano antes.

Segundo analistas, a escalada de preços reflete a desvalorização do real e a alta dos preços do açúcar, que superaram os R$ 1,3 mil por tonelada após disrupções na produção em países como Tailândia, Rússia e na União Europeia.

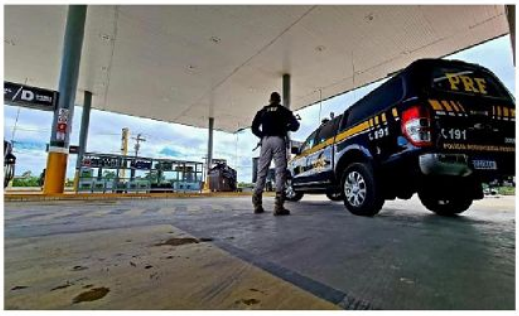
Normalmente, os preços do etanol sobem no último trimestre de cada ano, até atingir o pico no fim do primeiro trimestre do ano seguinte, antes da colheita da safra. Além de mais intenso, o cenário atual indica maior pressão durante a entressafra, já que as condições climáticas em regiões produtoras não têm se mostrado favoráveis.

Para o Itaú BBA, as projeções para a safra 2021/2022 indicam um balanço apertado na oferta de etanol. O banco estima necessidade de de importação superior a um bilhão de litros caso as vendas subam 8% e as usinas destinem 45% da cana para a produção de açúcar.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 22/10/20	

Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

PRF ENCONTRA INDÍCIOS DE ADULTERAÇÃO EM COMBUSTÍVEIS DE MORRO DO CHAPÉU



admin 22 Outubro, 2020

O combustível vendido em três postos da cidade de Morro do Chapéu, no norte da Bahia, apresentaram probabilidade de adulteração. A situação foi descoberta durante uma operação de combate a adulteração de combustível realizada na quarta-feira (21), na cidade. A informação é da Polícia Rodoviária Federal (PRF), que participou da ação. As amostras de gasolina e etanol coletadas serão analisadas em laboratório para verificar se o combustível atende aos padrões exigidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Durante a operação, ainda foram detectadas pela ANP irregularidades administrativas. Multas que oscilaram em torno de R$ 35 mil, foram aplicadas aos responsáveis. A investigação teve início após reclamações de moradores de Morro do Chapéu. Eles revelaram à polícia prejuízos financeiros por causa de defeitos mecânicos nos veículos que surgiram depois do abastecimento efetuados nos postos da cidade. Uma viatura da polícia civil, além do carro do delegado e do escrivão também apresentaram problemas como perda da capacidade de arranque e falhas de ignição.

Um inquérito policial foi aberto e as investigações continuam. A Operação Carbono 14 ainda contou com as Polícias Civil e Militar, Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Foto: Divulgação/ PRF

Estado renova contrato com o HCC e assegura 40 leitos Covid-19 em Vitória da Conquista

20 outubro 2020

Foto: Sesab

O Governo da Bahia renovou o contrato com o Hospital de Clínicas de Conquista (HCC), no sudoeste da Bahia, por até 180 dias, mantendo à disposição do Sistema Único de Saúde (SUS) 40 leitos exclusivos para o atendimento a pacientes com diagnóstico de coronavírus (Covid-19), sendo 20 de UTI. A boa notícia para região foi divulgada pelo secretário da Saúde do Estado da Bahia, Fábio Vilas-Boas, nesta terça-feira (20).

"Estamos satisfeitos com os serviços prestados pelo HCC e por terem, mesmo entendendo as dificuldades financeiras, aceitado renovar o contrato dentro dos

valores praticados pela Secretaria da Saúde do Estado. Esse ato representa um compromisso do HCC com o SUS", comemorou Vilas-Boas.

O titular da pasta estadual da Saúde acrescenta que "a região sudoeste permanecerá com 154 leitos ativos, sendo 71 de UTI, demonstrando o compromisso e o esforço do governador Rui Costa na regionalização e descentralização da assistência. Assim, conseguimos reduzir a necessidade de transferências de pacientes, sobretudo os mais graves, para localidades mais distantes".

Fonte: Ascom/Sesab

Veículo: Estadão	
Data: 22.10.2020	Caderno: Economia

ESTADÃO.

Com pagamento de impostos suspensos, arrecadação tem alta de quase 2% em setembro

Segundo a Receita, a União arrecadou R$ 119,8 bilhões com impostos e contribuições, o melhor resultado para o mês em seis anos

Eduardo Rodrigues e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo
21 de outubro de 2020 | 15h00

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos e contribuições federais somou **R$ 119,825 bilhões** em setembro, o melhor resultado para o mês nos últimos seis anos. Com a retomada da atividade econômica e o fim do adiamento do pagamento de tributos adotado pela **Receita Federal** nos piores meses da crise da **pandemia** de **covid-19**, o resultado representa um aumento real (descontada a inflação) de 1,97% na comparação com o mesmo mês de 2019.

Em relação a agosto deste ano, houve redução de 4,37% no recolhimento de impostos. Ainda assim, o valor arrecadado no mês passado foi o maior para meses de setembro desde 2014, quando a arrecadação no nono mês do ano foi de R$ 122,554 bilhões.

O resultado das receitas veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo **Broadcast Projeções**, que ia de R$ 105,70 bilhões a R$ 127,15 bilhões, com mediana de R$ 118,50 bilhões.

De acordo com a Receita Federal, o comportamento da arrecadação de setembro decorre do comportamento das principais variáveis macroeconômicas no mês e da redução a zero da alíquota do **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)** incidente sobre o crédito, medida que vale até o fim deste ano.

O Fisco destacou ainda o crescimento de 38,90% nas compensações tributárias em relação a setembro do ano passado. Por outro lado, a Receita detectou o recolhimento atípico de R$ 2,5 bilhões em **Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ)** e **Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)**.

No acumulado do ano até setembro, a arrecadação federal somou **R$ 1,026 trilhão**, o menor volume para o período desde 2010, quando as receitas somaram R$ 1,023 trilhão no período. Devido aos impactos da pandemia de covid-19 no primeiro semestre, o montante ainda representa um recuo real de 11,70% na comparação com os primeiros nove meses de 2019.

Veículo: Estadão	
Data: 22.10.2020	Caderno: Economia

O que permite alongar dívida é andar com as reformas', diz secretário do Tesouro

Dúvidas sobre política fiscal impedem a emissão de mais títulos de longo prazo, afirmou Bruno Funchal no Prêmio Finanças Mais, do Estadão/Broadcast

Cícero Cotrim, Thaís Barcellos e Gregory Prudenciano, O Estado de S.Paulo

O alongamento da dívida pública com custos mais baixos só vai acontecer se o **País** seguir o caminho da consolidação fiscal e avançar na agenda de reformas, de acordo com o secretário do **Tesouro Nacional**, **Bruno Funchal**. Ele participou do evento **Finanças Mais 2020,** organizado por **Estadão** e **Broadcast**, em parceria com **Austin Rating**, agência classificadora de risco, nesta quarta-feira. Funchal foi entrevistado pela colunista do **Estadão**, **Eliane Cantanhêde**, pelo colunista do Broadcast, **Fábio Alves**, e pelo economista **Mailson da Nóbrega**, sócio da consultoria Tendências, também parceira do evento.

O secretário reconheceu que parte do ruído que impede a emissão de títulos longos vem de dúvidas acerca da política fiscal, como o futuro

do teto dos gastos. A redução da incerteza, disse, só acontecerá com uma agenda de reformas que melhore a previsibilidade do cenário.

"Você já tem um nível de incerteza muito alto no mercado. Mesmo que a gente queira alongar (a dívida), às vezes a gente não consegue passar para o mercado um nível tão alto de risco, o próprio mercado fala: 'eu prefiro (títulos)mais curtos'", disse Funchal.

Apesar do encurtamento da débitos e do aumento do risco fiscal, o secretário do Tesouro rechaçou a possibilidade de adotar medidas heterodoxas para financiar a dívida pública. "Nosso radar é fazer uma política de emissão para fazer frente a esses vencimentos. É isso e aprofundar o debate de reformas", disse.

Na agenda de reformas, Funchal destacou a importância da tributária. A medida poderia abarcar uma revisão de gastos com tributos, que permitiriam que o País voltasse ao superávit primário mais rapidamente, disse. Ele também reforçou a importância das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) do **Pacto Federativo** e **Emergencial**.

O secretário do Tesouro também defendeu o modelo de reforma tributária apresentado pela equipe econômica do governo federal, que atua somente sobre os impostos da **União** sobre o consumo. Ele disse que o governo não tem condições de financiar um fundo de compensação para que os Estados renunciem ao **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, como propõe a **reforma tributária** que tramita na **Câmara dos Deputados**.

"A gente já está numa situação fiscal extremamente falha. Então a gente não tem espaço para fazer esse tipo de compensação", disse Funchal. O secretário afirmou que já houve várias reuniões com

representantes dos Estados, mas que os governos regionais só são favoráveis a uma reforma que abarque o ICMS caso haja compensação federal.

O secretário admitiu ser favorável a uma **reforma administrativa** que atinja inclusive os servidores da ativa, caso seja possível aprová-la. Segundo Funchal, esse seria o caminho correto para modernizar imediatamente o serviço público, com implementação de sistemas de metas e avaliação."Sou a favor de uma administração pública mais moderna, de uma reforma para o setor público, mas tem de ser viável." Ele afirmou, no entanto, que mesmo atingindo apenas os novos entrantes no serviço público, a reforma administrativa seria positiva do ponto de vista fiscal, por melhorar a trajetória da despesa.

Premiação

Em sua quarta edição, o ***Prêmio Finanças Mais*** é uma radiografia das instituições líderes do setor financeiro, distribuídas em 15 categorias, com base na análise dos balanços relativos ao ano de 2019. Para definir os vencedores (ver tabela abaixo), a **Austin Rating** usou sua base de dados de mais de 30 anos sobre instituições financeiras brasileiras e uma metodologia própria, que faz uma análise de diferentes aspectos dos números de cada uma das empresas do setor. Pela primeira vez, o evento foi online. O caderno com a cobertura completa da premiação será publicado no próximo dia 30 e toda a pesquisa estará disponível depois desta data no site do **Finanças Mais**.

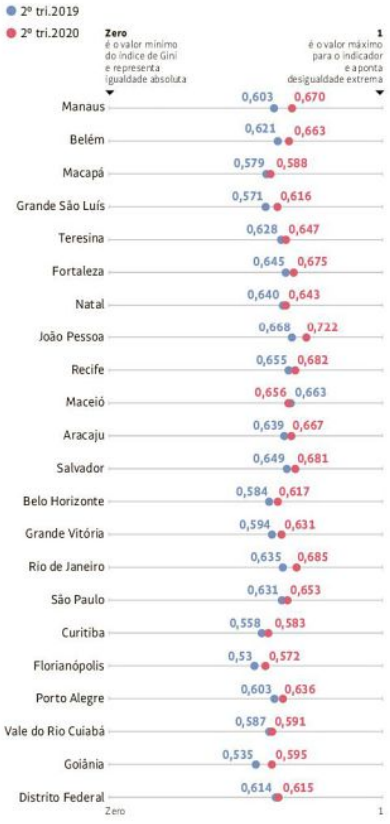
Além do *Finanças Mais*, foram entregues os ***Prêmios Broadcast Analistas***, em sua 22ª edição, e ***Projeções***, em sua 14ª edição. As premiações reconhecem os profissionais e instituições que se

destacaram nas estimativas de indicadores e também escolhe a corretora de destaque do ano.

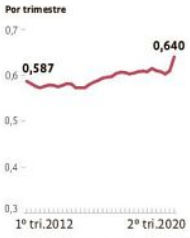
FACULDADE FIPECAFI

Pandemia agrava desigualdades nas metrópoles

Coeficiente Gini da renda domiciliar per capita do trabalho para as metrópoles



Média do Índice de Gini nas regiões metropolitanas do país



32,1% foi a perda na renda da fatia dos 40% mais pobres nas 22 regiões metropolitanas do país

3,2% foi a perda na renda dos 10% mais ricos

24,2% foi o aumento na renda dos 10% mais ricos de Florianópolis

Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrópoles nº1, 2º trimestre de 2020 - PUCRS e Observatório das Metrópoles e Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Variação na renda domiciliar per capita do trabalho por estrato de renda

2º tri.2020 contra 2º tri.2019, em %

Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrópoles nº1, 2º trimestre de 2020 - PUCRS e Observatório das Metrópoles e Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Pobres perdem 32% da renda nas metrópoles, diz estudo

Ricos também são afetados por pandemia; levantamento exclui auxílio

Paula Sperb

PORTO ALEGRE A desigualdade de renda aumentou nas metrópoles brasileiras durante a pandemia. Todos os segmentos, dos mais pobres aos mais ricos, viram o rendimento cair. Os pobres, porém, sentiram mais a queda nos ganhos.

Os dados integram o primeiro boletim "Desigualdade nas Metrópoles", que compara dados do segundo trimestre de 2020 com o mesmo período do ano passado, antes da pandemia. O fechamento das atividades para evitar a proliferação da Covid-19 se deu especialmente no período estudado.

O boletim considera a renda individual por média domiciliar e não inclui no cálculo as rendas vindas do auxílio emergencial e outras fontes, como Bolsa Família. Por isso, dá a dimensão do impacto da pandemia na renda cuja fonte é exclusivamente o trabalho.

O estudo é de pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), do Observatório das Metrópoles e do Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL).

Marcelo Gomes Ribeiro, pesquisador do Observatório das Metrópoles e da UFRJ, explica que quando uma pessoa perde o emprego é preciso considerar que toda a família é afetada, pois há redução na renda per capita de todo o domicílio.

Como o estudo se estende pelo período da pandemia, os pesquisadores também captaram os efeitos do programa que permitiu cortes de jornadas e salários. Nesse contexto, mesmo quem manteve o emprego pode ter perdido renda.

"Com a perspectiva de manter trabalhadores na ativa sem fechar os postos de trabalho, tivemos políticas de redução de renda", afirma Ribeiro.

O boletim tem como base os dados sobre renda da Pnad do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) referentes aos segundos trimestres de 2020 e 2019.

Os números mostram que, na média das 22 regiões metropolitanas, os 40% mais pobres perderam 32,1% da renda, os 50% intermediários perderam 5,6% e os 10% mais ricos perderam 3,2%.

"Quem está na base está menos protegido: normalmente tem trabalho informal, sem vínculo. Por isso, quando bate a crise, essa camada sente imediatamente o efeito", afirma André Salata, professor do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-RS.

Na região metropolitana de Florianópolis, por exemplo, os 10% mais ricos ficaram ainda mais ricos, com 24,2% de aumento na renda. O fenômeno também se deu na região metropolitana do Rio de Janeiro, onde os mais ricos tiveram 8,7% de aumento na renda.

"Mesmo em um contexto negativo, na dinâmica de um país desigual como o Brasil, quem está em cima tem mais condições de se proteger e até aumentar seu rendimento em alguns casos", diz Salata.

O aumento decorre de oportunidades específicas de cada contexto. Um empresário do setor de supermercados, por exemplo, viu a demanda aumentar no seu negócio com o fechamento dos restaurantes.

A metrópole onde os mais pobres perderam mais renda foi em Salvador: queda de 57,4%. "Na região de Salvador, especificamente, e no Nordeste, em geral, há muita informalidade. Isso explica uma queda tão brusca", diz.

Além de observar as variações da renda, o levantamento estima a desigualdade. A medida usada para calcular a desigualdade é o Coeficiente de Gini. Quanto mais esse indicador está próximo de um, maior é a desigualdade —assim, uma alta assinala piora nas condições socioeconômicas.

Segundo as projeções, a média das 22 regiões metropolitanas estudadas mostra que o coeficiente de Gini chegou a 0,640 no segundo trimestre de 2020. No mesmo período de 2019, ele estava em 0,610.

A distância entre topo e base também aumentou, de 0,610 para 0,640. "São necessárias muitas mudanças para se observar alteração no Gini, e a mudança identificada é bastante robusta", diz Salata.

"São mudanças acentuadas em espaço curto de tempo, o que revela o efeito extremo e brusco da pandemia e da crise resultante. Vemos uma diferença muito clara [antes e pós-pandemia]."

Na região metropolitana de São Paulo, a diferença entre o topo e a base aumentou de 0,631 no segundo trimestre de 2019 para 0,653 no mesmo período em 2020, durante a pandemia. Na região metropolitana do Rio, a desigualdade subiu de 0,635 para 0,685.

O estudo considerou três estratos sociais: os 40% mais pobres e os 10% mais ricos, que são as pontas, e os 50% mais próximos da média de renda dentro de cada região metropolitana, ou seja, o meio.

Das 22 regiões metropolitanas estudadas, apenas Maceió não registrou aumento da desigualdade. O fenômeno pode ser explicado por uma aproximação do topo com o meio.

"Os ricos tiveram uma queda, que fez com que se aproximassem com os do meio", explica Ribeiro. Os pesquisadores esclarecem que o Coeficiente de Gini "tende a ser mais sensível para as mudanças mais próximas do meio do que nas pontas".

O boletim também mostra aumento na parcela da população em vulnerabilidade relativa de renda, ou seja, que recebe até metade do valor mediano de cada região metropolitana. Na média das 22 regiões estudadas, o número saiu de 28% para 31,3% , na comparação do segundo trimestre de 2019 e o de 2020.

Quanto à desigualdade racial, negros receberam 57,4% da renda dos brancos no segundo trimestre de 2020. As regiões com menos diferença de renda entre brancos e negros são as de Macapá (73,1%), Florianópolis (70,6%) e Goiânia (70, 4%). O boletim ressalta que nestas regiões a desigualdade geral é menor.

Para os pesquisadores, diante da piora da desigualdade identificada no estudo, é possível projetar que 2021 será um ano crucial para a economia brasileira. "O Estado terá de pensar uma retomada para todos", diz Ribeiro.

Salata lembra que o que chama de ciclo de redução de desigualdade, entre 2001 e 2014. "Especialmente no segundo governo de Lula e no primeiro de Dilma, todos os estratos estavam aumentando seus rendimentos, e a ponta de baixo tendia a crescer mais. É o melhor dos mundos, porque o bolo cresce e quem está embaixo começa a ganhar uma fatia maior", diz. "Agora, o que se vê é o oposto, é o pior dos mundos: todos estão perdendo e os pobres perdem mais."

Além disso, os pesquisadores citam a diminuição do desemprego, a manutenção do auxílio emergencial e uma rede de proteção social mais robusta. Para eles, não é possível prever com exatidão quando haverá uma retomada dos patamares de renda. Ela, porém, está relacionada com a criação de vagas de trabalho.

O próximo boletim abordará o impacto do auxílio na desigualdade geral, não somente de renda do trabalho. Salata adianta que o valor de R$ 600 pago pelo governo durante a pandemia conseguiu diminuir as desigualdades nas regiões metropolitanas.

"Como dificilmente esse valor será mantido, a desigualdade geral deve aumentar."

Natal deve ter menos temporários

A oferta de vagas temporárias pelo varejo para atender às vendas de Natal neste ano deve ser a menor desde 2015, auge da crise econômica anterior. Segundo a CNC, 70,7 mil temporários deverão ser contratados neste ano, queda de 19,7% em relação aos 88 mil de 2019. Só em 2015, quando o país registrou uma queda de 3,5% do PIB, a abertura de vagas foi menor, com a contratação de 67,4 mil temporários. A CNC estima um crescimento de 2,2% das vendas de Natal em 2020, com R$ 37,5 bilhões movimentados.

Relatório aponta aceleração da automação do trabalho

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO A pandemia de Covid-19 acelerou a chegada do futuro do mercado de trabalho e ele, segundo relatório do Fórum Econômico Mundial, deverá resultar na eliminação de 85 milhões de empregos nos próximos cinco anos devido à automação, ao mesmo tempo em que 97 milhões de vagas serão criadas.

Esses novos empregos, segundo o fórum, serão necessários para atender uma divisão de tarefas mais adaptada à nova divisão do mundo do trabalho entre humanos, máquinas e algoritmos. Em 2025, a participação de trabalhadores e máquinas estará quase igual: aos humanos caberão 53% das atividades.

As previsões estão no relatório "O Futuro dos Empregos", divulgado na última terça-feira (20).

"Estamos começando a ver um cenário de dupla disrupção virando realidade para a maioria dos trabalhadores hoje", disse Saadia Zahidi, diretora do Fórum Econômico Mundial.

Para ela, a tendência de longo prazo de automação e digitalização já vinha deslocando algumas funções, mas o processo foi acelerado com a recessão causada pela pandemia.

"A contração de partes da economia torna mais difícil para os trabalhadores assumirem suas novas funções", afirmou.

O relatório aponta que, apesar da previsão de um saldo positivos na relação entre empregos novos e eliminados, a taxa de criação de vagas deverá desacelerar, ao mesmo tempo em que a eliminação de funções consideradas obsoletas deverá crescer.

Ainda assim, de acordo com Saadia, a avaliação das perspectivas para o futuro são "cautelosamente otimistas", uma vez que ainda será possível criar mais empregos.

"Se colocarmos hoje esforços para redimensionar, aprimorar e ajudar os trabalhadores na transição de uma função A para uma função B, poderemos chegar lá [em um saldo positivo de vagas], mas isso demanda esforços pró-ativos."

No Brasil, a maioria das empresas ouvidas na elaboração do relatório disse que os principais impactos da pandemia em suas estratégias foram a digitalização de processos de trabalho e a criação de oportunidades de trabalho remoto.

O uso de ferramentas digitais e de videoconferência foram citados por 92% das companhias.

A possibilidade de os trabalhadores atuarem a partir de suas casas foi citado em 88% dos casos.

As empresas brasileiras também aceleraram a automação de tarefas: 68% relataram ter mudado de estratégia devido à pandemia. Houve ainda a aceleração em processos de requalificação de funções (52%) e mudanças temporárias nas funções de empregados (40%).

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Guerra fiscal

A Fiesp decidiu entrar na Justiça contra o pacote de ajuste fiscal do governador de São Paulo, João Doria, que sobrecarrega o ICMS de diversos setores porque considera as alíquotas inferiores a 18% como benefícios fiscais que devem ser reduzidos. A medida vem sofrendo críticas generalizadas na indústria porque atinge tanto os insumos quanto os produtos acabados e chega justamente em um momento de fragilidade econômica por causa dos impactos da pandemia.

CANETA Segundo a argumentação da Fiesp, a medida lançada por Doria é inconstitucional porque permite ao Legislativo delegar ao Executivo no estado um poder para renovar ou reduzir benefícios fiscais por decreto.

FILA Procurado pela coluna, o governo de São Paulo afirma que o ajuste fiscal passou pela PGE (Procuradoria-Geral do Estado) antes de ser levado para a Alesp, onde foi analisado por uma comissão e discutido durante 60 dias.

CALCULADORA "Ao invés de colaborar com o amadurecimento da iniciativa e benefício dos integrantes, a entidade prefere polemizar, pois tem uma atuação política", diz em nota. O governo paulista também afirma ter segurança que a Justiça reconhecerá a importância da medida para combater o déficit fiscal em 2021 causado pela pandemia.

LINHA DE CHEGADA A reviravolta na disputa pela compra da operação brasileira da Laureate, que escolheu a oferta da Ânima nesta quarta-feira (21), embolou as apostas sobre quem levaria a maior vantagem na corrida.

LARGADA Janguiê Diniz, dono da Ser, era considerado vencedor em qualquer cenário. Mesmo que não fosse a escolhida para comprar a Laureate, a Ser também sairia ganhando porque amarrou no contrato que deveria receber uma recompensa de R$ 180 milhões se fosse preterida.

PERCURSO Mas a Ser quis levar o caso à Justiça, o que levantou no mercado a hipótese de a Laureate reagir acusando-a de quebra de contrato e cobrar multa, além de não pagar os R$ 180 milhões. Por outro lado, os que apostam na vitória de Janguiê acreditam que pode lhe render um valor maior em arbitragem.

FANTASMA A fabricante de chocolates Hershey's criou um mapa online dos EUA apontando os locais onde há risco de contaminação de Covid-19 para quem sair às ruas brincando de "doçuras ou travessuras" neste Halloween, tradição relevante para a indústria de doces no país.

COR DA PELE A fundadora do Nubank, Cristina Junqueira, foi às redes sociais se desculpar pela declaração que fez ao Roda Viva nesta semana sobre o aumento da presença de negros na equipe do banco, mas a avaliação de especialistas no tema é que a fala demonstra que falta compreensão do momento histórico para alguns líderes empresariais.

CURRÍCULO Ao ser questionada se o grau de exigência da seleção é uma barreira de entrada para profissionais negros, Junqueira disse que a empresa investe em formação para não nivelar por baixo.

DIPLOMA Liliane Rocha, da consultoria Gestão Kairós, diz que é um engano falar que faltam negros qualificados para vagas de destaque. "Tivemos a lei de cotas nas universidades, que permitiu a formação de profissionais brilhantes. Esse grupo existe e ficou incomodado", afirma ela.

EXPERIÊNCIA Para Ricardo Salles, da Mais Diversidade, a inclusão depende de uma ação consciente da empresa. Segundo ele, em vez de baixar o nível das exigências, as companhias deveriam avaliar se os pré-requisitos reconhecidos como motivos da exclusão são realmente necessários para as vagas.

TELA Cresceu a lista das vítimas do golpe do celular clonado nos últimos dias. O empresário Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da Raia Drogasil, Gabriel Galípolo, presidente do banco Fator, e José Victor Oliva, dono da Holding Clube, além de outros nomes no mercado financeiro, também foram alvo.

ENVIAR O comediante Marcelo Adnet e a atriz Paolla Oliveira tiveram problema parecido recentemente. Os golpistas usam foto de WhatsApp e nome da vítima para pedir dinheiro aos contatos do alvo.

CLIQUE Procurado pela coluna, o WhatsApp diz que não fez mudança recente que tenha afetado a segurança do aplicativo. Afirma que a comunicação é protegida por criptografia e recomenda ativar o recurso com senha de seis dígitos para prevenir golpes.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Outubro, em % ao mês

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência outubro*

Autônomo, empregador e facultativo		
Valor mín. R$ 1.045	20%	R$ 209
Valor máx. R$ 6.101,06	20%	R$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)		
Valor mín. R$ 1.045	5%	R$ 52,25

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.045	7,5%
De R$ 1.045,01 a R$ 2.089,60	9%
De R$ 2.089,61 a R$ 3.134,40	12%
De R$ 3.134,41 a R$ 6.101,06	14%

*O prazo da competência de outubro vence em 20.nov para empresas; para pessoas físicas, vence em 16.nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas

IMPOSTO DE RENDA

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando o piso na capital e Grande SP

	Alíquota	Mínimo em R$	Máximo em R$
Empregado	De 7,5% a 14%	97,04	713,09
Empregador	20%	250,50	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 6.nov. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o FGTS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro

Disputa na Câmara ameaça deixar votação do Orçamento para fevereiro

Caso sucessão de Rodrigo Maia adie decisão, seria a quarta vez desde 2006 que aprovação da LOA se daria no ano de vigência

BRASÍLIA Além de travar votações de medidas provisórias e projetos no Congresso, a disputa pela sucessão de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na Presidência na Câmara ameaça adiar pelo menos para fevereiro a aprovação do Orçamento de 2021.

Seria a quarta vez, desde 2006, em que a votação da LOA (Lei Orçamentária Anual) ocorreria no mesmo ano de vigência do Orçamento.

O embate atual gira em torno da CMO (Comissão Mista de Orçamento). O colegiado de deputados e senadores é quem analisa o projeto de Orçamento do governo Jair Bolsonaro (sem partido).

Um grupo ligado ao deputado Arthur Lira (AL), líder do PP na Câmara e candidato informal ao posto de Maia, tenta emplacar a deputada Flávia Arruda (PL-DF) no comando do colegiado.

A decisão desafia acordo informal pelo qual o deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) seria o eleito.

Aliados de Lira dizem que o pacto deixou de valer quando DEM e MDB deixaram o bloco comandado pelo PP.

Sem consenso, a disputa tem bloqueado a instalação da CMO —e, segundo líderes do governo no Congresso, pode não ocorrer antes das eleições municipais de novembro.

O presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP), tenta alcançar um acordo antes de marcar uma data para instalação do colegiado.

Esse acordo passa por um trato envolvendo a presidência da Câmara para evitar disputa entre esses grupos no comando da Casa. Alcolumbre quer evitar que haja uma votação no colegiado.

Hoje, o grupo ligado a Elmar afirma ter votos para que o nome do congressista seja aprovado pelos membros da CMO.

Segundo aliados de Lira, ele só aprovaria Flávia Arruda com o apoio dos senadores, em um trato que contaria com a costura do senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP.

No ano passado, só senadores votaram para presidente, já que a vaga pertenceria a um integrante do Senado.

Para aliados de Elmar e de Maia, a regra deveria ser cumprida neste ano e apenas deputados deveriam votar para o comando da comissão.

A incerteza quanto à instalação da CMO deixa a discussão do Orçamento de 2021 cada vez mais longe —alguns levantam a possibilidade de o texto ser votado diretamente no plenário do Congresso, o que desagrada à oposição e dificulta conciliar divergências.

A disputa respinga em outras matérias, segundo integrantes do Executivo, que afirmam que o embate atrapalha, por exemplo, a realização de sessões do Congresso com todos os parlamentares.

Na Câmara, o resultado são votações travadas, com a obstrução de aliados de Lira se somando à tentativa da oposição de pressionar uma votação que poderia alterar o valor das últimas parcelas do auxílio emergencial (R$ 300).

Nesse contexto, o debate sobre o Orçamento ainda é prejudicado pelas prioridades declaradas do Congresso.

Para Maia, por exemplo, "é impossível" aprovar o projeto orçamentário sem antes votar a PEC (proposta de rmenda à Constituição) Emergencial, que traz medidas de ajuste fiscal e está em tramitação no Senado.

Nas contas de Maia, o texto poderia ser aprovado em janeiro, o que significaria que os congressistas abririam mão do recesso previsto para esse mês. Líderes partidários rechaçam a ideia de suspender o recesso.

Sem isso, a votação da PEC e do Orçamento só ocorreriam passada a eleição para a Presidência da Câmara. O mandato de Maia termina no próximo dia 31 de janeiro.

O presidente da Câmara insiste em não apoiar explicitamente um nome até o fim das eleições municipais.

Nos bastidores, no entanto, interlocutores indicam que os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), líder da Maioria na Câmara, e Baleia Rossi (MDB-SP), presidente da legenda, seriam seus favoritos para sucedê-lo.

ARRECADAÇÃO FEDERAL CRESCE 1,97% EM SETEMBRO

A arrecadação federal de impostos em setembro voltou a registrar alta. Os recolhimentos no mês subiram 1,97% em comparação com o mesmo mês de 2019 em valores reais (descontando a inflação). Esse é o segundo resultado positivo após seis meses de retração (de fevereiro a julho). Pelos dados da Receita Federal, foram arrecadados R$ 119,8 bilhões em setembro, maior resultado para o mês desde 2014. "As bases da arrecadação estão em consonância com a retomada econômica", disse Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita. O resultado foi puxado pelo desempenho do varejo, das importações, da indústria e a volta do pagamento de tributos adiados no começo da pandemia.

Diante das incertezas, o próprio governo já traça um cenário com a possibilidade de entrar 2021 sem o Orçamento aprovado.

O secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou que pelo menos a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) precisa ser votada até dezembro. "[Se não aprovar], não gasta, o incentivo é esse. Tem de votar, não tem jeito", disse em evento virtual promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo.

É a LDO que dá os rumos do Orçamento e, inclusive, prevê um mecanismo caso a LOA não seja aprovada até dezembro do ano anterior.

Assim, se o ano começar sem Orçamento, a LDO autoriza que o governo execute gastos obrigatórios, como despesas de pessoal, e 1/12 do que está previsto em despesas discricionárias —de custeio da máquina pública.

A não aprovação das peças orçamentárias aumenta a incerteza sobre a execução de despesas e dos rumos fiscais do país após a pandemia.

O programa social Renda Cidadã, por exemplo, depende de eliminação de despesas para caber dentro do teto de gastos, que limita as despesas à inflação do ano anterior. Porém, até agora, nem governo nem Congresso anunciaram uma solução definitiva sobre onde cortar recursos.

Funchal disse que a pandemia do coronavírus e os gastos expressivos da União em 2020 geraram incerteza sobre os rumos fiscais do país, mas que é preciso reforçar a mensagem de respeito à legislação sobre as contas públicas e, em especial, ao teto de gastos.

O atraso na aprovação do Orçamento já ocorreu, na história recente, em 2006, 2008 e duas vezes no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, do PT (2013 e 2015).

Como a LDO desses anos já havia sido aprovada, a máquina pública não parou, apesar de o governo ter ficado com as contas apertadas no começo de cada um desses anos. **Danielle Brant, Julia Chaib, Thiago Resende e Fábio Pupo**

Não faz sentido brigar com a China para agradar aos EUA, dizem empresários sobre 5G

Bruna Narcizo

SÃO PAULO A disputa global entre EUA e China para o fornecimento de equipamentos para as redes de 5G pode acabar afetando as relações comerciais brasileiras, segundo alguns dos principais empresários brasileiros.

Ouvidos pela reportagem eles também se mostraram incomodados com a postura do governo federal diante da briga entre os dois principais parceiros comerciais do Brasil.

A visita da delegação liderada pelo conselheiro de segurança nacional dos Estados Unidos, Robert O'Brien, acirrou ainda mais os ânimos.

O Ministério das Relações Exteriores da China chegou a afirmar, nesta terça-feira (20), que políticos dos Estados Unidos estão se "intrometendo" na cooperação econômica e comercial normal entre Brasil e China.

O assunto é tão delicado que até mesmo grandes figurões, das principais empresas brasileiras e figurinhas carimbadas nos cadernos de negócios da imprensa nacional, pediram que seus nomes fossem mantidos em sigilo.

Um deles disse que não faz sentido brigar com o primeiro parceiro comercial do Brasil (a China) para agradar ao segundo (os EUA) e que o Brasil não deveria se meter nessa briga, dado o peso do país asiático na economia brasileira.

Para eles, é um tema difícil de tratar com o governo porque ele já teria demonstrado tendência de apoiar os americanos. Ao mesmo tempo, os empresários afirmam que o governo sabe os problemas que tomar um partido nessa briga pode causar.

Outro empresário se indigna com essa postura, afirmando que a escolha deve ser técnica, pela melhor tecnologia.

Uma empresária defende que ainda é prematuro falar em prejuízo para o Brasil. Para ela, até agora a tensão se limita ao nível das declarações —sem um fato concreto.

> **Quero deixar bem claro: quem vai decidir sobre 5G sou eu, não é terceiro, ninguém dando palpite por aí, eu vou decidir o 5G**
>
> **Jair Bolsonaro**
> presidente, no mês passado

Ela diz ainda que o tema está sendo discutido no mundo inteiro e que é preciso esperar as eleições presidenciais dos EUA para que essa definição ocorra. A depender do candidato eleito, a postura americana no tema pode mudar.

A delegação liderada pelo conselheiro de segurança nacional americano veio para o Brasil discutir uma agenda comercial, mas teve como principal objetivo pressionar o governo Bolsonaro a criar barreiras para a participação da empresa chinesa Huawei no futuro mercado de 5G nacional. A expectativa é de que o leilão de frequência ocorra no ano que vem.

Os americanos usam o argumento de que a empresa chinesa pode repassar informações sigilosas para o governo chinês e que isso poderia ameaçar a segurança de dados do Brasil e até a cooperação com os EUA.

Preço do etanol no mês sobe ao maior nível desde 2016

Produção de açúcar projeta pressão sobre o consumidor também para a próxima safra

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Apesar da queda de consumo, o preço do etanol nas usinas atingiu na semana passada os maiores patamares para um mês de outubro desde 2016. A escalada, ainda no início da entressafra, é provocada principalmente pela maior produção de açúcar e indica pressão sobre o consumidor também na próxima safra.

Pelos dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP, na semana passada o preço do etanol hidratado, vendido nos postos, bateu R$ 2,01 por litro nas usinas de São Paulo.

O valor de venda dos produtores às distribuidoras é 6,3% acima ao da semana anterior e 8% mais caro do que o do ano anterior, já descontada a inflação do período.

Já o etanol anidro, misturado à gasolina, era vendido nas usinas paulistas a R$ 2,31 por litro, 4% a mais do que na semana anterior e 13,2% acima do verificado um ano antes. O valor está bem próximo do pico dos últimos anos, de R$ 2,32 (corrigido pela inflação), atingido em fevereiro, mês em que os preços geralmente são mais altos.

Para analistas, a subida de preços reflete a desvalorização do real e a alta dos preços do açúcar, que superaram os R$ 1,3 mil por tonelada após disrupções na produção em países como Tailândia, Rússia e na União Europeia.

"Com o avanço dos preços do açúcar, as usinas adotaram um mix mais açucareiro que contribuiu para a menor oferta de etanol e preços mais elevados do combustível a partir de julho", dizem, em relatório, os analistas Camilla Dole e Lucas Genoso, da XP Investimentos.

Em geral, os preços do etanol sobem no último trimestre do ano, com pico no fim do primeiro trimestre do ano seguinte, antes da colheita da safra. Além de mais intenso, o cenário atual indica maior pressão durante a entressafra, já que as condições climáticas em regiões produtoras não têm sido favoráveis.

Para o Itaú BBA, as projeções para a safra 2021/2022 indicam balanço apertado na oferta de etanol. O banco prevê necessidade de importação superior a um bilhão de litros caso as vendas subam 8% e as usinas destinem 45% da cana para o açúcar.

"Caso o crescimento da demanda seja superior a 10% e/ou o mix se mantiver nos patamares atuais, a necessidade de compras no exterior poderá ser relevante", afirmam os especialistas do banco Cesar de Castro Alves, Fernando Alves Gomes e Guilherme Bellotti de Melo.

Os analistas do Itaú BBA avaliam que a opção pelo biocombustível pode ganhar força em um cenário de restrições orçamentárias, em que os brasileiros devem optar por opções de combustíveis mais baratas, mantendo pressão sobre o consumo.

"Além disso, paridades na bomba entre etanol e gasolina nos 65% nos principais estados consumidores tendem a dar estímulo adicional ao consumo do hidratado", afirmam. Um recuo na demanda só é esperado se esse percentual passar dos 70%.

A Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) confirma que a safra está mais açucareira, mas diz que o movimento é normal e questiona as projeções sobre aperto na oferta. "Há equilíbrio entre oferta e demanda", diz o diretor da entidade Antônio de Pádua Rodrigues.

Nas bombas, o preço subiu 14% desde o piso do ano, em maio, quando foi a R$ 2,913 por litro, aponta levantamento da ValeCard. O valor ainda é menor que os registrados no primeiro trimestre—em janeiro, o litro do combustível custava, em média, R$ 3,258.

EUA sobretaxam alumínio brasileiro

Os produtores de alumínio do país foram surpreendidos no início do mês com a imposição de sobretaxa para as importações pelos Estados Unidos, que representa o maior mercado externo de chapas brasileiras. A medida foi anunciada uma semana antes do acordo firmado entre os dois países sobre medidas de facilitação de comércio. Para a Abal (Associação Brasileira do Alumínio), a sobretaxa inviabiliza as exportações para o mercado americano. "Uma taxa de 50% impede qualquer exportação", disse o presidente-executivo da entidade, Milton Rego. Em 2019, o Brasil enviou 31,5 mil toneladas de alumínio aos Estados Unidos, correspondentes a US$ 90,3 milhões (R$ 500 milhões, pela cotação atual).

Evolução do preço nas usinas de São Paulo

Em R$ por litro, corrigidos pelo IPCA

Fonte: Cepea

Jair Bolsonaro e o ministro Marcos Pontes na inauguração no interior de SP Zanone Fraissat/Folhapress

Bolsonaro inaugura estação de aceleração de partículas em Campinas

Beatriz Montesanti

CAMPINAS Uma gigante estrutura de aceleradores de elétrons instalado no interior de São Paulo pode ser o berço de um Vale do Silício da biotecnologia no Brasil. É o que almejam governo e cientistas envolvidos no projeto Sirius, considerado a maior e mais complexa empreitada científica do país.

O Sirius é composto por três aceleradores de elétrons, capazes de gerar a luz síncrotron, espectro que viaja a uma velocidade próxima a 300 mil km/segundo e permite visualizar partículas microscópicas com nitidez. Sua infraestrutura tem o tamanho de um campo de futebol e contou com um investimento de R$ 1,8 bilhão.

O projeto foi aprovado e teve seu início durante o governo de Dilma Rousseff (PT).

Nesta quarta (21), foi inaugurada a primeira estação de trabalho do sistema, batizada Manacá, no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas (93 km de São Paulo). A cerimônia contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e do ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

"Considerando as grandes empresas que podem se beneficiar dessa obra, por que não fazemos deste lugar o Vale do Silício da biotecnologia?", perguntou o presidente.

A ideia é defendida por Antônio José Roque da Silva, diretor-geral do CNPEM e chefe do projeto de construção do Sirius. "O conhecimento produzido aqui vai permitir ao país competir mundialmente. O Brasil vai poder se posicionar no mundo de maneira diferenciada."

"Recurso em pesquisa e ciência não é gasto, é investimento", completou o ministro Marcos Pontes.

A Manacá é dedicada especificamente aos estudos de moléculas biológicas. E a partir de agora, estará aberta para a comunidade científica como um todo. O equipamento poderá ser utilizado para pesquisas em áreas estratégicas, como saúde, agricultura, energia e meio ambiente, e em parceria com o setor produtivo.

Propostas submetidas para o uso da estação de trabalho serão avaliadas por uma comissão externa. No caso de pesquisas acadêmicas, não haverá custos. Já empresas arcarão com os gastos de pesquisas que tenham segredo estratégico, mas poderão utilizar a estação de forma gratuita, caso concordem em tornar públicas medidas de materiais e conclusões.

"Vamos disponibilizar à comunidade científica um dos melhores instrumentos do mundo para trazer avanços nessas áreas. Podemos pesquisas medicamentos para doenças como o Alzheimer, a esquizofrenia, o câncer. Pesquisadores do mundo todo que estiverem precisando de um equipamento muito requintado para entender interações muito finas poderão vir aqui", explica à Folha Mateus Cardoso, pesquisador do CNPEM.

Com sua inauguração, o centro de pesquisas aposentou o UVX, primeiro acelerador de elétrons da América Latina, projetado na década de 1980. "É como se antes tivéssemos um Chevette e agora andássemos em uma Ferrari", compara Cardoso.

> "Considerando as grandes empresas que podem se beneficiar dessa obra, por que não fazemos deste lugar o Vale do Silício da biotecnologia?"
>
> **Jair Bolsonaro**
> presidente

Nos últimos meses, a estação esteve disponível em sua fase de testes para experimentos relacionados à Covid-19. Cientistas puderam, ao longo deste período, analisar mecanismos de inibição do vírus, e como as moléculas interagem para impedir sua réplica. Os resultados desses experimentos ainda não foram divulgados.

Outras cinco linhas de luz, com são chamadas as estações de pesquisa, estão em fase de montagem e devem ser concluídas até o final deste ano. Ao todo, a estrutura comporta até 40 estações. Elas serão independentes entre si, o que permitirá que pesquisadores trabalhem simultaneamente.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartsman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez *(comercial)*, Marcelo Machado Gonçalves *(financeiro)* e Eduardo Alcaro *(planejamento e novos negócios)*

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Conter Bolsonaro

Instituições não podem permitir que brasileiro corra o risco de ficar sem vacina por interesse eleitoral

A modesta inflexão de Jair Bolsonaro rumo à conciliação e ao pragmatismo nunca abarcou o enfrentamento da pandemia.

O presidente aproximou-se do centrão e abandonou o ataque golpista aos demais Poderes; diante da Covid-19, mesmo depois de infectado, manteve o negacionismo, a omissão e a propaganda de falsas curas. Mais grave, patrocina agora nova ameaça à saúde pública motivada por interesse eleitoral.

Nos últimos meses, o país sustentou-se em um arranjo precário, porém capaz ao menos de evitar o desgoverno completo nas políticas sanitárias. Com autonomia assegurada por decisão do Supremo Tribunal Federal, governadores e prefeitos puderam levar adiante iniciativas para tentar prevenir e controlar o contágio.

Já o Ministério da Saúde, depois da saída de dois titulares, acabou confiado ao general Eduardo Pazuello, escolhido pela disciplina e pela fidelidade ao chefe.

Como já ocorrera com seus antecessores, Pazuello acaba de ser desautorizado de modo irresponsável e vexatório por Bolsonaro —mais uma vez em busca de fazer prevalecer sua agenda tacanha e mesquinha sobre qualquer ensaio de condução técnica e impessoal da crise.

Ao negar com espalhafato a intenção do governo federal de comprar a vacina da farmacêutica chinesa Sinovac, o mandatário não enxerga além do objetivo eleitoreiro de neutralizar a imagem de a solução salvadora vir de São Paulo, governado por seu provável concorrente em 2022, o tucano João Doria.

A compra de 46 milhões de doses estava apalavrada, como se sabe, entre o ministério e o governo paulista, ao qual está vinculado o Instituto Butantan, responsável pela produção do imunizante no país. Tudo isso explica a contestação de última hora de Bolsonaro à obrigatoriedade de imunização.

O presidente, que insistiu na cloroquina como panaceia, mesmo sem que houvesse eficácia comprovada da droga contra o novo coronavírus, agora recorre à ciência que renegou para justificar seu veto, em mais uma de inúmeras contradições de sua gestão.

Está em jogo a superação de uma calamidade sanitária, econômica e social que aflige o Brasil e o mundo. Todos os meios disponíveis para tanto precisam ser utilizados sem hesitação, em nome do interesse da sociedade, acima de qualquer disputa política e eleitoral.

Se Bolsonaro insistir em colocar seu interesse político no pleito de 2022 acima da saúde pública, seguirá fadado ao isolamento e à irrelevância. Restará a Congresso, Judiciário, estados e municípios tomar as providências inescapáveis para que os brasileiros não fiquem sem vacina no ano que vem.

A tal cristofobia

Perseguição a grupos cristãos não é realidade na América Latina, assombrada, sim, pelo populismo

Um grupelho de vândalos ateou fogo a duas igrejas católicas, no domingo (18), em Santiago do Chile, durante ato político pelo primeiro aniversário dos protestos contra a desigualdade. Embora as manifestações naquele país ao longo do último ano tenham sido marcadas por episódios de violência, a religião nunca fora um alvo.

Alheio a esse contexto, um destrambelhado presidente Jair Bolsonaro aproveitou o incidente para voltar a falar em cristofobia, como já fizera em seu discurso nas Nações Unidas no mês passado. Trata-se, obviamente, de mais uma bandeira destinada a inflamar um setor caro ao bolsonarismo.

A perseguição a grupos cristãos é uma realidade em outras partes do mundo, mas não no Ocidente e, muito menos, na América Latina.

Em países islâmicos, principalmente, mas também em partes da Ásia registra-se violência contra minorias cristãs. Mais até, há um ambiente institucional contrário ao cristianismo —e, diga-se, a qualquer outra fé que busque converter adeptos do credo majoritário.

Nas sociedades que seguem a lei islâmica mais ao pé da letra, a apostasia —isto é, o abandono da fé por alguém nascido em família muçulmana— é considerada um crime, punível com a morte.

O mesmo não se dá, entretanto, nesta parte do mundo, onde o cristianismo se mostra na prática soberano. Verdade que a proporção de católicos no continente caiu ao longo das últimas décadas; entretanto as igrejas que ganharam espaço no período também são de matriz cristã, mais especificamente evangélicas neopentecostais.

Há decerto alguma animosidade entre elas, que já foi até maior no passado. Hoje, católicos e evangélicos frequentemente se aliam em torno da pauta de costumes.

Daí não decorre, obviamente, que inexista violência religiosa no Brasil. Seus níveis são, isso sim, relativamente baixos na comparação com os do restante do mundo, e as religiões de matriz africana constituem as vítimas preferenciais.

Estas, segundo os registros de um serviço de denúncia de violações de direitos humanos, responderam por 30% das queixas de discriminação religiosa em 2018 —embora tenham peso de apenas 0,3% na demografia brasileira.

A América Latina se vê hoje, portanto, poupada do pior em termos de violência religiosa. Em contrapartida, foi amaldiçoada com pragas como o populismo, do qual Bolsonaro é representante de elite.

Olha a vacina! É mentira!

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Não me perguntem por que, mas pensando sobre a coluna desta semana, decidi dar uma olhada nos "grandes feitos do governo Bolsonaro", em bolsonaro.com.br. A falta de vergonha é tanta que a equipe não se dá nem ao trabalho de atualizar o conteúdo.

Nesta semana foi divulgado o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, que constatou aumento de 7,1% no número de mortes violentas intencionais no primeiro semestre deste ano. Os homicídios têm crescido desde o último trimestre de 2019.

A despeito disso, consta no item 15 dos grandes feitos que "(...) em seu governo, os índices de criminalidade e morte de policiais vêm caindo significativamente". No início da sua gestão, embalado pelo oportunismo de sempre, Bolsonaro —que naquela oportunidade acreditou nos números— reivindicou para si a responsabilidade pela redução nos índices de criminalidade verificada entre 2018 e 2019. Se era responsável ontem, podemos presumir que assumirá a responsabilidade de hoje pelo resultado negativo, não é? É claro que não. Sua especialidade é tirar o corpo fora.

Na mesma lista de feitos, consta, no item 10, "ministérios comporto por técnicos (sic). Algo inédito na história do país". Inédito mesmo é o desrespeito pela técnica. A menos que os titulares das pastas façam o que Bolsonaro quer, caem.

Tirar o corpo fora quando convém. Criar celeuma quando lhe traz vantagens. Na terça, dormimos com a esperança de que governos federal e de São Paulo fossem se acertar em prol de uma vacina comum para todos os brasileiros. Nem 12 horas durou a nossa esperança. É a instrumentalização da ciência a serviço da propaganda política.

Para a "vacina da China" os brasileiros não serão cobaias, disse o presidente cloroquiner do "não tem prova que funciona, mas também não tem prova de que não funciona". Tudo isso no dia em que a sua criticada indicação para o STF passa por sabatina no Senado. Só não nota a estratégia de Bolsonaro quem não quer.

A nova aliança de Bolsonaro

Bruno Boghossian

BRASÍLIA A quarta-feira mostrou a cara do novo núcleo político que sustenta Jair Bolsonaro. Pela manhã, o presidente abasteceu a ala ideológica do governo e vetou o acordo para comprar a vacina chinesa contra a Covid-19. Depois, ele contou com a boa vontade do centrão para aprovar o nome de seu indicado para o STF.

Ainda que muita gente prefira acreditar que Bolsonaro se tornou um presidente moderado ao abraçar os velhos caciques, está cada vez mais claro que o governo se equilibra numa aliança entre as cortesias da política tradicional e o radicalismo que o projetou para a fama.

Desde que deu início à reforma de sua coalizão e parou de xingar o Congresso, o presidente descobre aos poucos até onde pode ir para manter o apoio desses dois grupos. Se acha que chegou longe demais, ele sempre pode entregar um cargo ao centrão ou lançar uma nova teoria conspiratória nas redes.

A primeira etapa da refundação desse pacto foi concluída no confortável processo de aprovação de Kassio Nunes para o Supremo. Embora o indicado de Bolsonaro tenha recebido o aval de governistas e oposicionistas, as maiores amabilidades partiram dos chefes do centrão. A certa altura, o novo ministro se disse emocionado com as palavras de Ciro Nogueira, presidente do PP.

Seria um dia amargo para os apoiadores que acusavam Bolsonaro de traição na escolha daquele juiz para o STF, mas eles não foram esquecidos. Ao anular o acordo para a distribuição da CoronaVac, o presidente deu dois presentes a esse grupo: alimentou seus delírios antichineses e desgastou um ministro da ala militar, que disputa espaço com o núcleo ideológico do governo.

Bolsonaro trabalha pela união porque enxerga benefícios nessa sociedade. A manutenção dos laços com sua antiga base política preserva o vigor de uma militância que é útil ao presidente nos embates com adversários. Já o vínculo com o centrão blinda seus aliados e protege o governo de investidas que poderiam derrubá-lo do cargo.

Covid-19, a minha vez

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Sete meses de pandemia. Segui todas as orientações sobre distanciamento, uso de máscara, medidas de higiene, sou fechada com o Átila. Há dez dias fui diagnosticada com Covid-19. Nem meu histórico de atleta me impediu de ser contaminada pelo vírus, que certamente se aproveitou de um vacilo e se instalou com todo o esplendor no meu organismo.

O leitor pode pensar que andei nas aglomerações da Dias Ferreira, no Leblon, onde sabemos a pandemia já acabou. Mas pouco flexibilizei a rotina nas últimas semanas. O circuito continua sendo casa, supermercado, natação em mar aberto, trabalho presencial em raras situações e poucos momentos de lazer com amigos tão cuidadosos quanto, sempre com a distância mantida.

Perguntaram-me se tive medo. De uma doença que não tem tratamento ou vacina? Claro. Mas menos do que sentiria se tivesse caído doente quando os hospitais estavam lotados. Entendi na pele o que as autoridades falavam sobre a importância do isolamento para evitar que todo mundo fosse contaminado ao mesmo tempo. Fui atendida prontamente, pude fazer exames e ser medicada na medida do possível. Mas nenhum médico me ofereceu cloroquina ou nitazoxanida. Que coisa.

O que eu mais temia não aconteceu: infectar pessoas com quem tive contato. Todas foram testadas, e os resultados, negativos, sinal de que as medidas de distanciamento funcionam e devem continuar em vigor até termos uma vacina. Muita gente, incluindo Jair Bolsonaro, acha que a pandemia já acabou. Não acabou.

Na reta final —espero— desta doença que já matou 155 mil brasileiros, acompanho perplexa o desrespeito com o qual Bolsonaro continua a tratar a tragédia que é a Covid-19, ao se posicionar sobre uma vacina de acordo com o humor das redes sociais. Perdi o olfato e o paladar nos últimos dias, mas não a capacidade de me chocar, felizmente. Isso não é um presidente, é um pesadelo.

Chile, 2020

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

No próximo domingo, dia 25, os chilenos dirão se querem uma nova Constituição ou se preferem emendar a atual —e, em qualquer hipótese, decidirão quem se incumbirá da tarefa. Na Suíça, por exemplo, o plebiscito seria uma trivialidade. Longe disso no país andino, onde, há um ano, a política e a vida cotidiana viraram de ponta-cabeça, sob o impacto de um insuspeitado terremoto de protestos de rua contra o aumento das passagens do metrô de Santiago.

Assim como em outras explosões pelo mundo afora, um ato administrativo foi o estopim da rebelião contra tudo e todos —a começar, como de costume, contra o establishment político. Sua força mediu-se pelas multidões mobilizadas na capital e nas principais cidades ao longo de cinco meses, até serem vencidas pela Covid-19.

Irrupções populares são sempre imprevisíveis e indecifráveis: somam demandas e sentimentos heterogêneos. Seus efeitos mais duradouros sobre a democracia dependem da reação do sistema político e de sua aptidão para ouvir o grito das ruas, reconhecer o mal-estar que vocaliza e traduzi-lo em reformas institucionais que o tenham na devida conta.

Desde o fim da tirania do general Pinochet, em 1990, duas forças estruturaram e conferiram estabilidade às disputas políticas entre os chilenos, permitindo a alternância no poder entre uma coalizão de centro-esquerda —a Concertação— e dois partidos de direita. Saídos embora das entranhas do pinochetismo, estes se distanciaram gradualmente da herança da ditadura. Sim, governaram sob a Constituição de Pinochet, porém não raro a emendaram para servir às novas circunstâncias.

Já apresentando sinais de crise, o arranjo desmoronou, com a reforma eleitoral de 2016, que abriu espaço a outras forças políticas, em um sistema de partidos muito mais fragmentado e plural. Este se mostrou capaz de dar uma resposta democrática avançada ao descontentamento: pôs em debate um novo pacto constitucional, dando voz, não só aos partidos, mas a organizações da sociedade. Por fim, mudou de forma radical e inédita a representação dos cidadãos. O plebiscito desta semana dirá também se o corpo constituinte incluirá representantes da sociedade civil, que, por sinal, já dispõe de espaço próprio no horário político na TV. Em qualquer caso, sua composição assegurará paridade de resultados, ou seja, número igual de mulheres e homens —uma novidade nos parlamentos do mundo.

Logo depois de se tornar primeiro-ministro do Canadá, Justin Trudeau foi perguntado por que seu gabinete era composto paritariamente de mulheres e homens. "Porque é 2015", explicou. Em 2020, o Chile democrático dá a mesma resposta.

mhermtavares@gmail.com

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O marco temporal das terras indígenas

Oligarquia latifundiária redobrou poderio ao se instalar no Poder Executivo

Fábio Konder Comparato
Professor emérito da Faculdade de Direito da USP, doutor honoris causa da Universidade de Coimbra e membro da Comissão Arns

Todos são iguais perante a lei. Assim declararam os revolucionários franceses de 1789 e assim repetiram as Constituições, mundo afora. Na realidade, porém, há sempre alguns menos iguais do que outros. É o que sucede entre nós com os indígenas.

Em carta ao rei de Portugal, em abril de 1657, o Padre Antônio Vieira (1608-1697) resumiu em que consistira, até então, a colonização dos índios no Brasil: "Em espaço de 40 anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de 2 milhões de índios, e mais de 500 povoações como grandes cidades, e disto nunca se viu castigo".

Tornado independente em 1822, o Brasil permaneceu um país de economia essencialmente agrícola e de trabalho servil. Mas, desde o início do século, a Inglaterra, que passara a exercer internacionalmente poderes imperiais, não suportava mais a concorrência dos países do continente americano no comércio de produtos agrícolas. Sobretudo, porque seus dois maiores concorrentes nesse campo, Estados Unidos e Brasil, tinham uma economia fundada na escravidão.

Em 1831, o governo brasileiro, sob pressão da Inglaterra, promulgou uma lei que proibia a importação de escravos africanos. Tratou-se, porém, segundo a expressão consagrada, de uma lei só para inglês ver. Diante disso, a Inglaterra resolveu passar dos acordos para a política da força. Em 1845, o Parlamento britânico votou o "Bill Aberdeen", que atribuiu à Marinha Real Britânica o poder de apreender em alto-mar qualquer navio utilizado no tráfico negreiro. Não tivemos então outro remédio senão promulgar, em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim ao comércio transatlântico de escravos e, duas semanas depois, a Lei de Terras, que consagrou entre nós a agricultura latifundiária.

Na discussão parlamentar desta última lei, o senador Costa Ferreira (1778-1860) não hesitou em ressaltar o objetivo do diploma legal: "Existem nas províncias muitas terras, mas algumas não se acham demarcadas nem são beneficiadas, porque estão infestadas de gentios".

Hoje, nada menos do que a metade da zona rural brasileira é ocupada por propriedades com área superior a 2.000 hectares (20 quilômetros quadrados).

Pois bem, essa oligarquia latifundiária redobrou seu poderio ao se instalar na chefia do Poder Executivo, apadrinhada pelo atual presidente da República, Jair Bolsonaro, e seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Resta saber se o Poder Judiciário terá a dignidade de cumprir o seu dever, impedindo esse esbulho governamental.

> **[...]**
> Há alguma dúvida de que se trata de direitos fundamentais dos indígenas e, nessa condição, de direitos irredutíveis? A mesma Corte Suprema, no entanto, ao julgar a questão da demarcação da terra indígena Raposa do Sol, decidiu que tal demarcação tem um "marco temporal". (...) Tal decisão é claramente insustentável

Uma oportunidade para tanto é a decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal, ao julgar dentro em pouco o recurso extraordinário nº 1017365, no qual serão discutidos o sentido e o alcance do artigo 231 da Constituição Federal: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (...) § 4º: As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Há alguma dúvida de que se trata de direitos fundamentais dos indígenas e, nessa condição, de direitos irredutíveis? A mesma Corte Suprema, no entanto, ao julgar a questão da demarcação da terra indígena Raposa do Sol, decidiu que tal demarcação tem um "marco temporal", que é a data em que a Constituição Federal em vigor foi promulgada; ou seja, em 5 de outubro de 1988.

Tal decisão é claramente insustentável. Em primeiro lugar, porque mais de meio século antes, a Constituição Federal de 1934 já dispunha em seu artigo 129: "Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las". Em segundo lugar, porque, em se tratando de preceito fundamental, não é o direito positivo que o cria; ele simplesmente o reconhece.

Como advertiu Montesquieu no livro "Do Espírito das Leis", "não existe cidadão contra o qual se possa interpretar uma lei quando estão em causa seus bens, sua honra ou sua vida".

Congresso não pode descumprir a Constituição

Reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado viola clareza da Carta

Modesto Carvalhosa, Adilson Dallari e Ana Carla Bliacheriene
Professores, respectivamente, da Faculdade de Direito da USP, da PUC-SP e da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH-USP)

Não podem ser aceitas as manifestações jurídicas sustentando que a eleição dos membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal é assunto "interna corporis", insuscetível de controle judicial.

O Judiciário tem invadido competências dos outros Poderes, tanto legislando quando interferindo em políticas de governo. Possivelmente preocupado com tal situação, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, em sua posse, ressaltou a competência da Corte Suprema para a defesa da Constituição, mas ressalvou que o controle de constitucionalidade de atos de outros Poderes não autoriza interferência em questões de competência do Legislativo e do Executivo. Esse pronunciamento deu ensejo a que se visse nisso uma sinalização de que o STF não tomaria conhecimento da recondução dos atuais presidentes, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na Câmara, e Davi Alcolumbre (DEM-AP), no Senado, por ser assunto "interna corporis".

Porém, a questão não está ao alvedrio dos parlamentares, pois é objeto de expressa disposição constitucional. O parágrafo 4º, artigo 57, da Constituição Federal (CF), diz que as Mesas serão eleitas para um "mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente".

Diante da clareza do texto constitucional, é inaceitável a manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras, sustentando que "não cabe ao Judiciário, ainda que pela via do controle abstrato de normas, substituir-se ao Legislativo a fim de definir qual o real significado da previsão regimental. Tal conduta representa inequívoca afronta ao princípio da divisão funcional de Poder". Entretanto, não se trata de pura interpretação do regimento interno, mas sim de interpretação do regimento de maneira conforme disposto na Constituição Federal.

> **[...]**
> A questão não está ao alvedrio dos parlamentares, pois é objeto de expressa disposição constitucional. O parágrafo 4º, artigo 57, da Constituição Federal, diz que as Mesas serão eleitas para um "mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente"

Em seu pronunciamento, o procurador-geral invocou decisão de Carlos Velloso, então ministro do STF, no sentido de que a vedação de reeleição não é um princípio, mas uma simples norma. O ex-ministro, porém, salientou que "a norma do parágrafo 4º, do artigo 57, da CF, é uma norma constitucional. É dizer, a norma regimental foi constitucionalizada. Ela não é de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais, porém é de cumprimento obrigatório pelas Câmaras federais". Velloso deixou claro que seu voto não pode ser invocado para validar a reeleição para o mesmo cargo na legislatura imediatamente subsequente.

Por último, cabe lembrar que toda competência conferida a um órgão ou autoridade implica o dever de exercê-la; nunca é uma pura prerrogativa. No caso em debate, o artigo 102 da CF diz que: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição". Precipuamente significa principalmente, obrigatoriamente, irrecusavelmente. Portanto, à luz da Constituição, não há a mais remota possibilidade de que o Supremo venha a omitir-se diante da ameaça de clara violação de expresso mandamento constitucional.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Vacina

"Bolsonaro fala em traição e diz que não vai comprar vacina chinesa" (Saúde, 21/10). Bolsonaro necessita urgentemente de um psiquiatra. Esse senhor é um psicopata... e se diz cristão e evangélico.
José Correia de Andrade Filho (Recife, PE)

*

Seria "lindo" se a China deixasse de comprar carne e soja deste paiseco de quinta categoria em que o Brasil se transformou nas mãos do Jair e dos militares.
José Bello (Osasco, SP)

*

Com um presidente como o que temos, não precisamos de pandemia nem de qualquer fato externo para afundar o país.
Rubens R. C. Scardua (Mogi Guaçu, SP)

*

É um absurdo que, em meio a uma pandemia que já infectou milhões de brasileiros e que já ceifou milhares de vida, dois políticos, o presidente da República e o governador do estado de São Paulo, coloquem seus egos e suas ambições eleitoreiras acima de tudo e de todos. Discutem sobre o que fazer com vacinas que nem mesmo foram cientificamente certificadas e ainda não existem. É provável que o objetivo principal da querela seja desviar a atenção dos eleitores para que não questionem situações obscuras e nada republicanas de ambos em passado recente.
Carlos Gonçalves de Faria (São Paulo, SP)

*

Muito tem me incomodado o constante uso da expressão "vacina chinesa" para se referir à vacina em desenvolvimento pelo Instituto Butantan. Apenas no alto da página da Folha na internet na tarde desta quarta-feira (21) havia três menções ao termo. Mesquinharias políticas à parte, o fato é que o Brasil é peça fundamental na produção da Coronavac. É muito triste que se refiram a ela apenas como "vacina chinesa". O complexo de vira-lata ataca novamente.
Carlos Augusto de Oliveira (São Paulo, SP)

*

Iotti

O capitão Cloroquina desautoriza e desmoraliza o general da Saúde, que está doente com a Covid-19. Mais um ministro da Saúde na prancha da nau dos insensatos a ser lançado ao mar! No Brasil que tem Bolsonaro, a realidade supera a mais delirante ficção política. Bolsonaro ignorou a pandemia do coronavírus e agora é contra a vacinação. Trata-se de um genocida compulsivo.
Paulo Arisi (Porto Alegre, RS)

*

"Deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA" e "o povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM". Jair Bolsonaro fez essas afirmações a respeito da cloroquina, cuja aplicação contra a Covid não tem comprovação científica, ou da vacina Coronavac, que está no último estágio de testes?
Paulo Bittar (São Paulo, SP)

*

A esquerda toma vacina, e a direita toma cloroquina, tá ok?
José Marcos Thalenberg (São Paulo, SP)

*

A perversidade de Jair Bolsonaro não tem limite. Agora a ordem é não comprar a vacina chinesa por estar vinculada à figura de um adversário político. Até quando o Brasil será destruído pela insanidade de um louco no poder?
Antônio Beethoven Cunha de Melo (São Paulo, SP)

*

Será que o ministro Pazuello vai pedir hidroxicloroquina sem comprovação científica para "curar-se" da Covid-19? Espero que ele sinta na pele (e nos pulmões) os efeitos da doença para convencer-se da importância da vacina. Que se volte contra seu mestre, pelo bem do Brasil!
Wagner Nobuo Hanaoka (São Paulo, SP)

STF

Sabatina por sabatina, que tal aplicar aos indicados ao Supremo Tribunal Federal uma prova de português puxada como as que são feitas nos vestibulares? Parece que a quase totalidade dos ministros daquela corte têm imensa dificuldade para interpretar e para assimilar o que leem na Constituição da República e na legislação em geral, por mais claro que seja o texto. A proposta é: bombou no teste, dançou. É isso ou vamos ter de desenhar para eles?
Celso Balloti (São Paulo, SP)

*

"Por 57 a 10, Senado aprova Kassio Nunes, primeiro indicado de Bolsonaro, para vaga no Supremo" (Poder, 21/10). Inconsistências no seu currículo e não sabe o que a própria mulher faz? Mais um semvergonha?
Vanderlei Nogueira (Itapecerica da Serra, SP)

*

Jair Bolsonaro é mesmo sortudo. Achou um ministro fiel a ele com muita rapidez. Coisa de Deus, não é?
Onildo Rodrigues de Meireles (João Pessoa, PB)

*

"Kassio evita responder sobre a Lava Jato em sabatina e se alinha a Bolsonaro contra o aborto" (Poder, 21/10). Um ministro do Supremo que mente no currículo. Um Senado que não se incomoda com isso. E esse senhor vai julgar a todos nós, que somos cidadãos honestos. Com qual moral? Nenhuma. Nenhuma legitimidade. Brasil, escória do mundo.
Ana Paula Gomes (Rio de Janeiro, RJ)

*

Executivo, Legislativo, Judiciário e Forças Armadas, todos fazem o jogo da burguesia. Ao povo as migalhas.
Jair R. Maria Maria (São Paulo, SP)

Ainda a cueca

O Senado mais uma vez falta ao povo brasileiro e nos faz de idiotas. Licença de 120 dias?! O que é isto? O cidadão é culpado. Roubou o povo em período de pandemia. Talvez o que se perdeu com o roubo não faça falta aos seus pares no Senado, porque nós, a contragosto, lhes pagamos bons hospitais. Mas e quem deixou de ser atendido devido aos desvios praticados por esse crápula? São eleitores e contribuintes também. Devemos trocar todos os senadores, pois agem com espírito de corporação, coisa que o Senado não é, e se alinham em conduta ao senhor Chico Rodrigues. É o que farei. Não reelegerei meu representante no Senado.
Mário Sérgio Guidio Salzstein (São Paulo, SP)

*

Vai ficar tudo bem com o senador que ocultou mortes entre as suas nobres nádegas... Assim como ficou tudo bem com o senador Flávio Bolsonaro e suas trapalhadas, com a Dona Michelle, com a família toda, com a negação de vacinas. Vai ficar tudo bem com todos. Quando o memorável senador Jucá lacrou o famoso "com o Supremo, com tudo", sabia que falava de princípios organizadores da República.
Clarilton Ribas (Florianópolis, SC)

Valor Econômico | Brasil

Arrecadação é a maior para setembro em 6 anos

Para equipe econômica, receita tributária de quase R$ 120 bilhões sinaliza continuidade da recuperação

Por Mariana Ribeiro e Edna Simão — De Brasília

22/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Após uma sequência de resultados negativos, a arrecadação federal registrou sua segunda alta seguida em setembro, ao somar R$ 119,825 bilhões. O resultado, o maior para o mês em seis anos, é visto com otimismo pela equipe do Ministério da Economia, que enxerga uma continuidade na trajetória de recuperação da economia.

De acordo com o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias, as bases de arrecadação estão em consonância com a recuperação da economia. "É claro que vamos ver o que vai acontecer ao longo dos meses, mas a trajetória sinaliza retomada", disse ele.

PUBLICIDADE

Em setembro, a arrecadação teve alta real (descontada a inflação) de 1,97% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, por sua vez, chegou a R$ 1,026 trilhão, patamar mais baixo para o período desde 2010.

As receitas administradas subiram 1,74% no mês passado e Malaquias destacou que, retiradas as interferências de fatores considerados não recorrentes (como diferimentos, compensações tributárias e redução de tributos), essa expansão teria sido de 4,24% no mês.

A redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito levou a uma perda de arrecadação de R$ 2,351 bilhões no mês. Malaquias afirmou que uma possível prorrogação da medida, tomada para fazer frente à crise, para 2021 não está em estudo pelo fisco, mas reportagem publicada no início do mês pelo **Valor** mostrou que essa possibilidade já entrou no radar do governo.

Além disso, as compensações tributárias tiveram impacto de R$ 12,121 bilhões, crescimento de 38,9% sobre o mesmo mês do ano anterior. Segundo Malaquias, esse aumento no ano está diretamente relacionado à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo do PIS/Cofins.

Por outro lado, arrecadações extraordinárias de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ/ CSLL) somaram R$ 2,5 bilhões, o que ajudou a arrecadação. Com isso, o recolhimento total com os tributos subiu 25,19% em relação a setembro do ano anterior.

Outro destaque positivo foi o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), com avanço de 25,77%. A arrecadação com PIS/Cofins teve alta de 1,63%, o que indica recuperação da economia, sobretudo no consumo de bens, disse Malaquias.

Em setembro, não houve recolhimento de impostos diferidos em meses anteriores

para baixo ou para cima porque a queda da atividade econômica utilizada para calcular esse número foi maior do que o esperado e o efeito disso em cada setor econômico é diferenciado.

Para Sérgio Gadelha, coordenador-geral de modelos econômicos da Secretaria de Política Econômica (SPE), os dados de atividade econômica reforçam a expectativa de "significativa" recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre. O avanço do setor de serviços ainda é mais lento, porém "consistente", afirmou. As vendas do varejo seguem em alta e a indústria é o destaque na retomada.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados **por taboola**

LINK PATROCINADO
Médico Brasileiro: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO
Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO
Tente não rir dessas fotos nos anos 80
DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO
Cacau Protásio perdeu muito peso e parece uma modelo (Fotos)
CASH ROADSTER

LINK PATROCINADO
Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO
O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Conteúdo Publicitário

Valor Econômico | Brasil

Governadores pedem foco na saúde nas decisões

Dirigentes do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Maranhão e Alagoas criticam declarações de Bolsonaro

Por Marta Watanabe — De São Paulo

22/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os governadores do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Maranhão e Alagoas reagiram ontem à manifestação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre as vacinas, sustentando que a decisão do governo sobre o assunto deve priorizar saúde e segurança e ficar acima de questões eleitorais.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), disse que a decisão sobre vacinas contra a covid-19 deve ser técnica e não política. "Temos instituições renomadas trabalhando sobre esse assunto, como a Fiocruz e o Instituto Butantan." O que deve ser observado, segundo ele, é a condição de segurança, viabilidade técnica e também a agilidade para disponibilizar a vacina. "A população precisa de uma vacina segura o mais rápido possível."

PUBLICIDADE

Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, disse ter recebido com surpresa a informação de que não haverá compra de vacina do Instituto Butantan, de São Paulo. "Neste momento é importante salvar vidas e é preciso estarmos juntos. Questões ideológicas e eleitorais devem ser deixadas de lado."

"O Instituto Butantan não pertence ao governo chinês. É patrimônio do povo brasileiro, fundado há mais de 100 anos, e merece respeito", tuitou ontem o governador do Maranhão, Flávio Dino (PT). "Não queremos nova guerra na Federação. Mas com certeza os governadores irão ao Congresso Nacional e ao Judiciário para garantir o acesso da população a todas as vacinas que forem eficazes e seguras. Saúde é um bem maior do que disputas ideológicas ou eleitorais."

Renan Calheiros Filho (MDB), governador de Alagoas, diz que, independentemente de onde for produzida, a vacina, se funcionar, deve ser ministrada à população. "Devemos sair de ideologia para ir ao pragmatismo", defendeu. "Vacina não tem nacionalidade. Nunca perguntamos a nacionalidade do remédio que tomamos, queremos saber se funciona ou não."

Conteúdo Publicitário Links patrocinados **por taboola**

LINK PATROCINADO
Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO
Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO
Famosos que morreram sem que ninguém soubesse
THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO
Cacau Protásio perdeu muito peso e parece uma modelo (Fotos)
CASH ROADSTER

Valor Econômico | Brasil

Governo estuda realocação de recursos

Ideia é elevar de R$ 34,8 bilhões para em torno de R$ 40 bilhões o orçamento do programa social para baixa renda

Por Fabio Graner — De Brasília

22/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Sem definições sobre que programas seriam incorporados para turbinar a capacidade financeira do novo Bolsa Família (ou Renda Cidadã), o governo estuda fazer um remanejamento de recursos no projeto de lei orçamentária de 2021 para elevar de R$ 34,8 bilhões para algo em torno de R$ 40 bilhões o orçamento do programa social para baixa renda.

Se for adiante, o público-alvo subiria dos atuais 14,3 milhões para cerca de 17 milhões de famílias.

PUBLICIDADE

A decisão, porém, ainda não está tomada. A vantagem dessa alternativa é que permitiria reforçar o Bolsa Família dentro dos limites do teto de gastos e sem o desgaste de acabar com programas como seguro-defeso e abono salarial. Por outro lado, implicaria perda de recursos para outras pastas do governo, em um ambiente de escassez financeira generalizada.

Nas discussões do novo programa social, há também uma ideia de deixar pronto um mecanismo de "benefício-calamidade", que seria acionado em situações como os desastres das barragens de Brumadinho e Mariana, a mancha de óleo no Nordeste e outras situações, inclusive semelhantes à da pandemia da covid-19.

Isso permitiria aumentar o valor dos benefícios, como um complemento de renda, para os participantes do programa social de maneira mais célere, bastando a liberação do crédito extraordinário pelo Congresso Nacional. A ideia em discussão é que esse desenho possa ser acionado para atingir inclusive pessoas que não estão no programa social, mas que acabam atingidas pela situação de calamidade. A medida, contudo, ainda está em aberto no governo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados **por taboola**

LINK PATROCINADO

Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!

DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO

Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!

FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO

19 Celebridades brasileiras que hoje estão pobres

DESAFIOMUNDIAL

LINK PATROCINADO

Famosos que morreram sem que ninguém soubesse

THERAPY JOKER

LINK PATROCINADO

Valor Econômico | Brasil

Indústria caminha para ter maior confiança em 9 anos

Setores de construção, plásticos e metalurgia impulsionaram prévia de outubro do indicador da FGV

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

22/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Sinais de retomada nos setores de construção, plásticos e metalurgia em outubro, em meio à pandemia, impulsionaram a confiança industrial como um todo no mês, que registra o maior patamar em nove anos. É o que divulgou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV) ao anunciar a prévia de outubro do Índice de Confiança da Indústria (ICI), que subiu 4 pontos ante setembro, para 110,7 pontos. Caso confirmado, seria o maior patamar desde abril de 2011, quando o índice atingiu (111,6 pontos).

Também na prévia, o Nível de Utilização de Capacidade Instalada (Nuci) da indústria ficou em 79,9% na prévia de outubro - um patamar que, caso confirmado, será o maior desde os 80,3% de novembro de 2014.

PUBLICIDADE

Renata de Mello Franco, economista da fundação, não descartou continuidade de alta no ICI, ainda impulsionada pelos setores de construção, plásticos e metalurgia. "Não significa que estamos em momento de grande expansão", afirmou. Para ela, o que ocorre, no momento, é que parte da indústria começa a repor o que perdeu durante a pandemia.

A especialista explicou que esses setores, com humor mais favorável, influenciaram as expectativas da indústria de bens intermediários, que representa mais de 50% do total da indústria de transformação.

Das quatro grandes categorias de uso, bens intermediários é a que apresentou a mais expressiva alta de confiança, ante setembro. Sem citar percentuais por ser uma prévia, Renata explicou que a confiança em bens intermediários "subiu na prévia e deve continuar a subir" até o fechamento de coleta de dados do ICI; e que bens de capital subiram pouco. "Bens duráveis e bens não duráveis sinalizaram queda", acrescentou Renata.

Os dados mostram que a retomada da indústria não opera de forma generalizada, admitiu a pesquisadora. Ela comentou que diferentes pesquisas e balanços apontaram reação nas indústrias de construção e de metalurgia, com grande peso em bens intermediários.

"Notamos bom desempenho [em confiança] em plásticos, e minerais não metálicos. E as empresas siderúrgicas estão 'performando' bem", pontuou ela.

Em contrapartida, a especialista frisou que ainda há sinais preocupantes dentro da indústria, principalmente fora de bens intermediários. "Veículos automotores foi um dos setores que mais sofreram durante a pandemia e acho difícil se recuperar de forma rápida", notou a técnica, citando o segmento dentro da indústria de bens duráveis.

Na evolução dos subindicadores componentes do indicador, o Índice de Situação Atual (ISA) subiu 5,9 pontos na prévia de outubro, ante setembro, para 113,2 pontos; e o Índice de Expectativas avançou 2,2 pontos, para 108,1 pontos. Do total de 19 segmentos pesquisados pela FGV, 15 já mostram patamar de confiança acima de fevereiro, ou seja, antes da pandemia. E, na passagem de setembro para prévia de outubro, 13 setores sinalizaram alta de confiança, completou a economista da FGV.

Para Renata, é possível que o ICI continue a subir, ou se estabilize em patamar favorável, na faixa de 110 pontos, nos próximos meses.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados **por taboola**

LINK PATROCINADO
Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO
Homem decide pedir o divórcio depois de olhar para esta foto com mais atenção!
FOREVER-MOM

LINK PATROCINADO
Não podemos acreditar quem é a esposa de Rodrigo Santoro
TRADING BLVD

LINK PATROCINADO
Substituto do fio dental chega para acabar com mau hálito!
SUPER WATER FLOSS

LINK PATROCINADO
Sentindo-se velho(a)? Faça isto uma vez por dia e veja o que acontece
GNESIS

LINK PATROCINADO
19 Celebridades brasileiras que hoje estão pobres
DESAFIOMUNDIAL

Conteúdo Publicitário

Valor Econômico | Brasil

Novo programa social deve ter prêmios de até R$ 1 mil por estudante

Versão modificada do Bolsa Família deverá premiar mérito educacional e esportivo

Por Fabio Graner — De Brasília

22/10/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Onyx Lorenzoni e Paulo Guedes: pastas da Cidadania e da Economia lideram a formatação do novo programa social — Foto: Wilson Dias/Agência Brasil

Independentemente do tamanho e do nome que terá, a nova versão do Bolsa

prontas e que podem ser executadas com o nível de Orçamento atualmente previsto para 2021. Entre as ideias que dependem apenas de se bater o martelo politicamente, estão prêmios para mérito esportivo, em ciência e tecnologia (como olimpíadas de matemática e de física) e para educação de forma geral.

No caso de esportes e ciência e tecnologia, a ideia é dar um benefício extra de R$ 1 mil por ano para as famílias de jovens que ficarem bem posicionados nesses certames. Além disso, esses estudantes que se destacarem receberão individualmente R$ 100 por mês ao longo do ano.

PUBLICIDADE

O custo é relativamente baixo, estimado e R$ 50 milhões nas duas modalidades, e visa estimular o desenvolvimento dos jovens em famílias do programa social. Com esses recursos, seria possível premiar 20 mil jovens (10 mil em cada modalidade). Obviamente os valores e o alcance da proposta podem mudar por decisões políticas.

A premiação por mérito escolar de forma geral terá um custo maior, porque pretende alcançar quase 2 milhões de estudantes. Nesse caso, o desenho ainda não está finalizado no governo, que discute quais serão os critérios para premiação. Ela deve ser da ordem de R$ 200 por ano para os melhores alunos. Um grupo de trabalho está discutindo qual será o foco dessa premiação, por exemplo, se ela estará voltada para as faixas etárias com maior evasão escolar.

Para essas iniciativas de premiação poderem ser implementadas, depende do governo mandar uma medida provisória ou aprovar um projeto de lei, o que tende a ocorrer apenas depois das eleições. A necessidade decorre do fato de que isto não está previsto na legislação atual do Bolsa Família.

Além dos estímulos para o melhor desempenho, o novo programa social deve trazer mudanças para tentar simplificar a estrutura do pagamento de benefícios. Hoje, ela envolve seis modalidades, com um auxílio básico, de R$ 89, e cinco variáveis. A ideia é que se trabalhe com apenas três modalidades, entre elas uma especificamente voltada à primeira infância - para famílias com filhos de até três anos.

Essa mudança, segundo uma fonte, não deve implicar redução de valores hoje pagos às famílias. Aliás, nesse redesenho, com o orçamento previsto para o ano que vem e um número de 14,5 milhões de famílias, o benefício médio pode subir dos atuais R$ 191 para R$ 202. Atualmente, o programa atende 14,3 milhões.

No projeto de lei orçamentária, há uma menção a 15,1 milhões de famílias a serem atendidas pelo orçamento de R$ 34,8 bilhões. O tamanho final, contudo, vai depender de como estará a situação de pessoas em situação de pobreza após o fim do auxílio emergencial.

Na reformulação que está sendo preparada, outra preocupação é em lidar adequadamente com a volatilidade de renda das famílias que conseguem renda no mercado de trabalho para não ter mais que receber o benefício. Nesse sentido, está se trabalhando em estratégias de complementação de renda por algum período mesmo após a saída da família do programa.

O desenho do que já foi chamado de Renda Brasil também inclui um forte esforço tecnológico, que ganhou impulso com a demanda gerada pelo auxílio emergencial. A intenção é articular o Cadastro Único de programas sociais, que foi aprimorado nos últimos meses, com plataformas privadas de busca de emprego e, assim, viabilizar trabalho para os pais e até estágio para os jovens das famílias inscritas no programa. É uma das chamadas "portas de saída".

Também se buscará fomentar mecanismos de seguro privado para baixa renda e educação financeira para as famílias. Ainda que se saiba que com a renda baixa é praticamente inviável se falar em poupança, a visão é que se pode fazer com que as famílias consigam pelo menos organizar melhor suas contas e, mais importante, preparar os jovens para lidar melhor com dinheiro no futuro.

A forte interação digital também terá papel reforçado no combate às fraudes ou aos repasses de recursos para quem não precisa. Até a análise de redes sociais está nesse escopo.

Discutido desde o ano passado, mas intensificado com a pandemia da covid-19 e o sucesso do auxílio emergencial, o novo programa social do governo já foi chamado de Renda Brasil, Renda Cidadã e já teve anúncio de que o nome Bolsa Família seria mantido.

Isso continua em aberto, mas uma fonte esclarece que originalmente o "Renda Brasil" era um guarda-chuva que contemplava todas as diversas facetas do novo programa social. Entre essas, estava o "Renda Cidadã", que tratava apenas da remuneração financeira que hoje está no Bolsa Família e cuja estrutura de benefícios está sendo simplificada.

A principal pendência hoje, a rigor, é a sobre qual será o efetivo tamanho do novo programa social. E isso depende da área econômica do governo conseguir convencer o presidente Jair Bolsonaro a aceitar cortes em outros programas, como abono salarial e seguro-defeso, ou medidas mais impopulares, como deixar de repor a inflação por dois anos no salário mínimo e em despesas a ele atreladas. A cada R$ 10 bilhões a mais de recursos para o novo programa, o benefício médio pode subir R$ 35.

O Ministério da Cidadania e o da Economia lideram a formatação do novo programa social. Outras pastas, como as da Ciência e Tecnologia e da Educação, também participam das discussões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados **por taboola**

Valor Econômico | Legislação

São Paulo orienta sobre ITCMD em integralização de imóvel

Secretaria da Fazenda entende que pode haver incidência do Imposto se a operação não tiver propósito negocial

Por Beatriz Olivon — De Brasília

22/10/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

João Victor Guedes: não existiria a possibilidade de cobrança de ITCMD — Foto: Divulgação

Contribuintes que utilizam imóveis na integralização de capital de sociedade limitada podem ser tributados em São Paulo. A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado entende que deve haver incidência do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) se a operação não tiver propósito negocial.

A orientação está na Solução de Consulta nº 22.070, publicada recentemente. Na decisão, a Fazenda de São Paulo afirma que "não se pode perder de vista a possibilidade da utilização do instituto da integralização de capital social e da doação (regulados pelo direito civil e empresarial) para ocultar ou simular negócios jurídicos com objetivo de se esquivar do pagamento de tributo".

PUBLICIDADE

Na solução de consulta, o órgão, para explicar a possibilidade de cobrança, traz um exemplo. Fala em uma sociedade com três sócios. Dois são proprietários de um imóvel (metade cada) com valor de mercado de R$ 500 mil e valor histórico de R$

Os primeiros vão integralizar o imóvel e o terceiro R$ 100 mil em dinheiro e cada um fica com cem mil cotas. Segundo a Fazenda, esse terceiro tem cotas registradas pelo valor de R$ 100 mil que, na verdade, têm valor de mercado de R$ 200 mil. Para o órgão, "é evidente" que há acréscimo patrimonial para ele e prejuízo de R$ 50 mil para os dois primeiros. "No presente caso é possível se vislumbrar todos os elementos que caracterizam a doação", afirma.

Ainda segundo a Secretaria da Fazenda, os sócios têm a faculdade de integralizar o imóvel pelo valor de mercado ou pelo histórico. Se optarem pelo histórico sem exigir contrapartidas que compensem o prejuízo patrimonial estarão praticando um ato de liberalidade. Assim, afirma, sem o correspondente reflexo nas cotas do sócio integralizador, o valor do imóvel que ultrapassa o montante pelo qual é integralizado "acaba por se configurar como uma transferência voluntária (doação)".

A solução de consulta foi proposta por uma holding de instituição não financeira nem imobiliária composta por irmãos. Após integralizarem o capital social da empresa, o oficial de registro de imóveis apontou a exigência do imposto.

Para a holding, tanto a lei tributária quanto a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) consideram que a transferência de propriedade de imóveis de pessoa natural, para integralização de capital social de pessoa jurídica, não se enquadra nas hipóteses de incidência previstas para o ITCMD ou o ITBI.

A situação tratada na solução de consulta é menos comum em sucessão patrimonial do que em operações de mercado, em que existem herdeiros independentes e enquanto um entra com o imóvel, o outro com capital, segundo o advogado João Victor Guedes, do escritório LO Baptista.

No entendimento do advogado, ao colocar o bem em uma sociedade e ter como contrapartida o recebimento de cotas, não existiria a possibilidade de cobrança de ITCMD. "O que vemos, já há algum tempo, é a Secretaria da Fazenda ir atrás de motivo para uma operação", afirma. Embora se entenda que em princípio não há tributação, acrescenta, busca-se o propósito negocial dessas operações. "O raciocínio parece muito imediatista."

Em alguns casos, o cartório trava a operação para saber se haverá cobrança de ITCMD, de acordo com o advogado. "O cartório faz cada vez mais análises do propósito econômico de uma transação para não se responsabilizar pelo tributo devido", diz. Cabe à secretaria, de acordo com ele, demonstrar que a operação foi feita para burlar impostos.

Do ponto de vista do risco, a solução de consulta acaba assustando interessados em planejamentos sucessórios, patrimoniais e empresas familiares que têm muitas integralizações de bens, segundo Rafael Vega, do escritório Cascione, Pulino, Boulos Advogados. "Em qualquer situação com integralização de bem em valor histórico e mais de um sócio, você pode ser autuado e ter que pagar o tributo, multa e juros", afirma.

Existem cerca de 30 mil holdings patrimoniais no Estado de São Paulo, segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento. Nos últimos anos, afirma, a fiscalização tem acompanhado um número crescente de pessoas jurídicas constituídas nesta forma. Essa é a primeira consulta sobre o assunto, mas não traz entendimento novo, explica o órgão.

Já há ações fiscais iniciais em casos em que houve integralização de cotas e que culminaram em doações sem o correto recolhimento do ITCMD, com altos montantes devidos aos cofres públicos, de acordo com o órgão. "Essas ações fornecerão dados que, combinados aos já existentes, darão ao Fisco paulista o subsídio necessário para operações de fiscalizações mais amplas", afirma.

Conteúdo Publicitário Links patrocinados **por taboola**

LINK PATROCINADO
Médico alerta: Quem tem mais de 50 anos faça isso em casa para ter mais energia!
DR. RAFAEL FREITAS

LINK PATROCINADO
O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO